



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
FACULDADE DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA**

LUANA MARCELA CELERINO DE MATOS

**A “CENSURA” DE EXPRESSÕES “RACISTAS” PELO TSE: UM ESTUDO
LEXICAL ANCORADO NA SEMÂNTICA DE CONTEXTOS E CENÁRIOS**

**CAMPINA GRANDE- PB
2024**

LUANA MARCELA CELERINO DE MATOS

**A “CENSURA” DE EXPRESSÕES “RACISTAS” PELO TSE: UM ESTUDO
LEXICAL ANCORADO NA SEMÂNTICA DE CONTEXTOS E CENÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras- Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras-Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues

**CAMPINA GRANDE-PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M433c Matos, Luana Marcela Celerino de.

A "censura" de expressões "racistas" pelo TSE [manuscrito] : um estudo lexical ancorado na semântica de contextos e cenários / Luana Marcela Celerino de Matos. - 2024.

97 p. : il. colorido.

Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Faculdade de Linguística, Letras e Artes, 2024. "Orientação : Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues , Departamento de Letras e Artes - CEDUC. "

1. Racismo linguístico. 2. Semântica. 3. Linguística. 4. Censura. I. Título

21. ed. CDD 410

LUANA MARCELA CELERINO DE MATOS

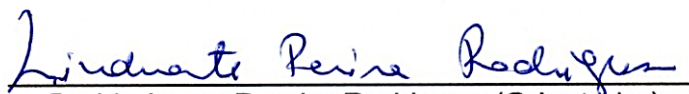
**A “CENSURA” DE EXPRESSÕES “RACISTAS” PELO TSE: UM ESTUDO
LEXICAL ANCORADO NA SEMÂNTICA DE CONTEXTOS E CENÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras- Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguagens.

Aprovada em: 13 de setembro de 2024.

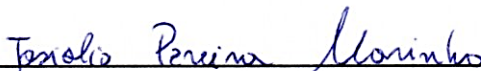
BANCA EXAMINADORA



Dr. Linduarte Pereira Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Dra. Dalva Lobão Assis (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Me. Josielio Pereira Marinho (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, à minha mãe e irmã, pela dedicação,
companheirismo e apoio, DEDICO.

Eu não sei dizer
Nada por dizer
Então eu escuto

Se você disser
Tudo o que quiser
Então eu escuto

Fala
Lá, lá lá, lá lá lá, lá lá lá
Fala

Se eu não entender
Não vou responder
Então eu escuto

Eu só vou falar
Na hora de falar
Então eu escuto

Fala
Lá, lá lá, lá lá lá, lá lá lá
Fala
Lá, lá lá, lá lá lá, lá lá lá
Fala
Lá, lá lá, lá lá lá, lá lá lá
Fala

(Fala - Secos & Molhados - 1973)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 Raça e etnia: definições e diferenças no contexto sociocultural.....	10
2.2 Compreendendo a distinção entre racismo, preconceito e discriminação....	13
2.3 A “exclusão” de expressões do léxico brasileiro em debate.....	14
2.4 Explorando a diversidade semântica da cor: o caso da cartilha do TSE...	16
2.4.1 <i>O negro e o preto: elucidações em face da simplificação dos sentidos</i>	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1 <i>Do tipo de pesquisa ao objeto e relevância da investigação</i>	19
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	21
4.1 Descrição reflexiva sobre a cartilha Expressões racistas: por que evitá-las..	21
4.2 Análise de expressões “racistas” elencadas pela cartilha do TSE.....	23
4.2.1 <i>“A coisa tá preta”</i>	24
4.2.2 <i>“Humor negro”</i>	25
4.2.3 <i>“Lista negra”</i>	26
4.2.4 <i>“Ovelha negra”</i>	27
4.2.5 <i>“Denegrir”</i>	28
4.2.6 <i>“Criado-mudo”</i>	30
4.2.7 <i>“Meia-tigela / De meia-tigela”</i>	32
4.2.8 <i>“Crioulo”</i>	34
4.2.9 <i>“Samba do crioulo doido”</i>	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
AGRADECIMENTOS	41
ANEXO	42

A “CENSURA” DE EXPRESSÕES “RACISTAS” PELO TSE: UM ESTUDO LEXICAL ANCORADO NA SEMÂNTICA DE CONTEXTOS E CENÁRIOS

Luana Marcela Celerino de Matos

RESUMO

A cartilha intitulada *Expressões racistas: por que evitá-las* é composta por 40 palavras/expressões que supostamente possuem conotação ofensiva às pessoas negras e que, por essa razão, segundo o documento, devem ser “excluídas” do léxico brasileiro. O material ainda sugere alternativas consideradas “adequadas”, ou seja, sinônimos que poderiam “substituir” às palavras tidas como preconceituosas. Nesta perspectiva, o estudo analisou o documento e discorreu acerca de 9 das 40 expressões acusadas de serem pejorativas à negritude. Para tanto, definiu como principal objetivo analisar expressões elencadas como racistas, observando a conexão entre o termo, o sistema/língua e a cultura sob a ótica da Semântica de Contextos e Cenários. Especificamente: i) verificar a origem histórica/etimológica dessas expressões supostamente racistas; ii) demonstrar que a Língua Portuguesa é prolífera e produtiva e que as palavras/expressões podem ter sua acepção alterada para criar um novo sentido; iii) inferir que algumas palavras, isoladas e fora do contexto que a cartilha norteia a discussão, não são racistas; e iv) refletir sobre o racismo a partir de uma abordagem sociolinguística que incorre no fenômeno da “intenção” de uso e da violência linguística/simbólica promovidos pelo uso intencional da palavra/expressão em contextos e cenários específicos. O estudo em foco é de natureza qualitativa, delineado pelas técnicas bibliográfica e documental e de abordagem descritivo-reflexiva. Para isso, fundamenta-se na área de pesquisa da Linguística da Prática (Rodrigues, 2017), reconhecendo que as palavras possuem significados e sentidos variados, que estão intimamente conectados às práticas sociais da língua por parte de indivíduos que, de maneira consciente (ou não), exercitam e atualizam do sistema linguístico em suas interações sociais. Outrossim, elege a perspectiva semântica de contextos e cenários (Ferrarezi Jr., 2010), pelo motivo de reconhecer que o sentido/significado é um fenômeno cultural gerado por uma ação social que se dá em contextos e cenários específicos. Ainda faz uso de aportes teóricos das Tradições Discursivas (Coseriu, 1979; Kabatek, 2006; 2012), procurando averiguar a origem histórica/etimológica das palavras consideradas preconceituosas mediante um estudo diacrônico das expressões elencadas para o estudo. Os resultados da pesquisa revelaram que “abolir” o uso dos termos do vocabulário brasileiro é um “erro”, mas que o oposto seria o ideal: focar em um debate voltado para a conscientização sobre a utilização da linguagem em favor de uma educação que promova a humanização e combata o racismo.

Palavras-chave: Cartilha do TSE. Racismo linguístico. Semântica.

THE “CENSORSHIP” OF “RACIST” EXPRESSIONS BY THE TSE: A LEXICAL STUDY ANCHORED IN THE SEMANTICS OF CONTEXTS AND SCENARIOS

ABSTRACT

The booklet entitled *Racist expressions: why avoid them* is composed of 40 words/expressions that supposedly have offensive connotations towards black people and that, for this reason, according to the document, should be “excluded” from the Brazilian lexicon. The material also suggests alternatives considered “adequate”, that is, synonyms that could “replace” the words considered prejudiced. From this perspective, the study analyzed the document and discussed 9 of the 40 expressions accused of being pejorative towards blackness. To this end, it defined as its main objective to analyze expressions listed as racist, observing the connection between the term, the system/language and the culture from the perspective of Semantics of Contexts and Scenarios. Specifically: i) verify the historical/etymological origin of these supposedly racist expressions; ii) demonstrate that the Portuguese language is prolific and productive and that words/expressions can have their meaning changed to create a new meaning; iii) infer that some words, isolated and outside the context in which the primer guides the discussion, are not racist; and iv) reflect on racism from a sociolinguistic approach that involves the phenomenon of “intention” of use and linguistic/symbolic violence promoted by the intentional use of the word/expression in specific contexts and scenarios. The study in question is qualitative in nature, outlined by bibliographic and documentary techniques and a descriptive-reflective approach. To this end, it is based on the research area of Practical Linguistics (Rodrigues, 2017), recognizing that words have varied meanings and senses, which are closely connected to the social practices of language by individuals who, consciously (or not), exercise and update the linguistic system in their social interactions. Furthermore, it chooses the semantic perspective of contexts and scenarios (Ferrarezi Jr., 2010), because it recognizes that sense/significance is a cultural phenomenon generated by a social action that occurs in specific contexts and scenarios. It also uses theoretical contributions from Discursive Traditions (Coseriu, 1979; Kabatek, 2006; 2012), seeking to ascertain the historical/etymological origin of words considered prejudiced through a diachronic study of the expressions listed for the study. The results of the research revealed that “abolishing” the use of terms from Brazilian vocabulary is a “mistake”, but that the opposite would be ideal: focusing on a debate aimed at raising awareness about the use of language in favor of an education that promotes humanization and combats racism.

Keywords: TSE booklet. Linguistic racism. Semantics.

1 INTRODUÇÃO

O debate a respeito da “exclusão” de palavras/expressões do vocabulário brasileiro, por serem consideradas ofensivas às pessoas negras, é um assunto que gera bastante polêmica. Muitas vezes surgem listas de termos supostamente rotulados como “racistas”, levando a propostas de que esses vocábulos deveriam ser erradicados da língua portuguesa. Como exemplo disso, em 8 de março de

2022, a Comissão de Promoção de Igualdade Racial¹ do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)² publicou a portaria nº 230 com o propósito de “enfrentar” a discriminação racial na Justiça Eleitoral. Para isso, o TSE criou uma cartilha chamada *Expressões racistas: por que evitá-las*. Esse material foi lançado ainda durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, no dia 30 de novembro de 2022, em celebração à Semana da Consciência Negra. Esse documento pode ser acessado através da biblioteca digital do TSE, e elenca 40 palavras e expressões que teriam, possivelmente, um teor preconceituoso e que, por essa razão, deveriam ser “abolidas” do léxico brasileiro. O material também propõe alternativas “adequadas” para certas expressões, ou seja, sugere termos sinônimos que poderiam ser usados no lugar de algumas palavras acusadas de racistas.

Nesse sentido, o tema do racismo despertou o nosso interesse por ser uma questão que necessita de mais debates, principalmente no campo dos estudos da linguagem, com ênfase nos estudos semântico-pragmáticos e sociolinguísticos. Reconhecemos que os vocábulos carregam significados específicos, que variam consoante os diferentes contextos em que são utilizados (Ferrarezi Jr., 2010). Conforme sugerido por Rodrigues (2017), naquilo que o autor propõe para os estudos da Linguística da Prática (LP), os sentidos e os significados estão intimamente ligados aos usos sociais que os agentes fazem da linguagem, usos que renovam o sistema linguístico através de ações conscientes ou não em práticas de texto e de atualização da língua. Ademais, reconhecemos que essa discussão é extremamente relevante no contexto atual, especialmente no Brasil, onde o preconceito racial ainda é perpetuado/propagado, causando traumas e fragmentando a sociedade. Isso resulta em uma realidade desumana, marcada por caos social e radicalismo, que tende a distanciar mais do que unir as culturas (Rodrigues, 2017).

Em nossa pesquisa, investigamos se as palavras e expressões, consideradas racistas, estariam realmente associadas às “intenções” de pessoas que agem na sociedade com o intuito de utilizar as palavras em contextos e cenários específicos para legitimar o preconceito racial. Dessa forma, procuramos compreender se 9 das 40 palavras/expressões listadas pela cartilha são, de fato, ofensivas à negritude, fora do contexto e do cenário em que esses termos são empregados, e a linguagem é efetivada. Desse modo, questionamo-nos: Essa medida de “excluir” as palavras do vocabulário brasileiro constitui uma ação eficiente no combate ao racismo? Será que o documento, publicado pelo TSE, efetivamente colabora para uma Educação Antirracista? Como percebido, nosso intuito foi analisar se essas palavras podem ser realmente consideradas preconceituosas, ou se em determinados contextos e cenários, e para atender a determinadas intenções comunicativas/interativas, elas poderiam ser percebidas como ofensivas.

¹ “Grupo elabora estudos e projetos para ampliar a participação da população negra no processo eleitoral”. (Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/comissao-de-promocao-de-igualdade-racial-da-justica-eleitoral-completa-dois-anos-de-atuacao>)

² “O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão máximo da Justiça Eleitoral, exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira. Suas principais competências estão fixadas pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15.7.1965). O TSE tem ação conjunta com os tribunais regionais eleitorais (TREs), que são os responsáveis diretos pela administração do processo eleitoral nos estados e nos municípios. A Corte é composta por sete ministros: três são originários do Supremo Tribunal Federal (STF), dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois representantes da classe dos juristas – advogados com notável saber jurídico e idoneidade”. (Fonte: <https://www.tse.jus.br/institucional/sobre-o-tse/apresentacao>)

Nossa intenção como este estudo não foi questionar a elaboração da cartilha ou ir contra iniciativas que buscam resolver a problemática sociocultural e histórica que é o racismo, sobretudo em relação às pessoas de ascendência negra, no Brasil. Mais que isso, nossa proposta foi contribuir para essa discussão através de uma pesquisa científica que amplia o debate e procura maneiras de unir o povo brasileiro, compreendendo que os termos não são os verdadeiros responsáveis pelo preconceito racial e pela efetivação do racismo. Na verdade, os vocábulos são empregados por indivíduos mal-intencionados que fomentam a violência linguística e simbólica (Rodrigues, 2017), uma ação que ocorre por meio da intenção preconceituosa de usar a linguagem para ferir a dignidade das pessoas negras.

Para isso, fundamentamos nossa pesquisa, de natureza qualitativa, delineada pelas técnicas bibliográfica e documental, e de abordagem descritivo-reflexiva, nos campos de estudo da Linguística da Prática (Rodrigues, 2017), pelo fato de que mediante tal abordagem teórica é possível compreender que os termos trazem significados variados e específicos, os quais estão intimamente associados aos usos sociais da linguagem por agentes que, de maneira consciente (ou não), atuam para atualizar o sistema linguístico por meio de práticas sociais relacionadas à língua. Segundo essa área dos estudos da linguagem, o endosso de várias abordagens teóricas das humanidades permite unir esforços em prol do desenvolvimento de pesquisas que se dedicam ao entendimento dos fenômenos da linguagem no âmbito sociocultural e histórico. E, dessa forma, ressignificar o modo como observamos e analisamos a atuação humana em redes de colaboração, coexistência e sociabilização cultural (Rodrigues, 2017).

Nesta concepção, direcionamos a nossa pesquisa para os âmbitos dos estudos semânticos, examinando 9 das 40 expressões tidas como racistas pela cartilha do TSE. Analisamos a conexão entre palavra, língua e cultura à luz dos estudos de semântico-cultural, com foco nas bases da pesquisa científica na Semântica de Contextos e Cenários (SCC) (Ferrarezi Jr., 2010; 2013). Conforme essa abordagem dos estudos semânticos, para dar um significado específico à palavra é necessário buscar informações contextuais no âmbito sociocultural, isto é, no contexto e no cenário em que ocorre a ação de pronunciar e a ativação do sentido da palavra/expressão. Enfatizamos que a Semântica é um ramo científico dos estudos da linguagem que analisa os signos, com o objetivo de entender que os termos não têm sentidos e significados desvinculados do “contexto” e do “cenário” em que se inserem. Nesse sentido, o significado é considerado um produto cultural resultante de ações em contextos e cenários específicos. Por esse ângulo, o idioma precisa ser entendido como “um sistema, aberto, que se alimenta e se retroalimenta da própria relação do homem com esses mesmos mundos” (Ferrarezi Jr; 2018, p.14).

Para Ferrarezi Jr. (2010), o contexto é referente à forma como as palavras são entrelaçadas no texto, composto por um complexo conjunto de sinais/termos interligados em um texto para transmitir a compreensão comunicacional entre os falantes. O cenário é um construto mental com base na bagagem cultural e no conjunto complexo de situações/(eventos) em que a comunicação ocorre. Assim, o ambiente leva em consideração o desenvolvimento gradual de significados em um contexto cultural, levando em conta todos os elementos importantes do ponto de vista dos enunciadores para a interpretação especializada dos sinais/signos.

Para ampliar um pouco mais a nossa compreensão acerca do fenômeno estudado, baseamo-nos também nas pesquisas das Tradições Discursivas (TD),

respaldadas nos trabalhos de Coseriu (1979) e Kabatek (2006; 2012), com o objetivo de investigar a origem, a mudança histórica e etimológica de algumas expressões tidas como racistas. Nesse enfoque de investigação, a língua se revela fértil e capaz de gerar múltiplos sentidos e expressões, e as palavras evoluem ao longo do tempo, transformando-se para surgir novos significados nos textos, que estão em constante atualização para viabilizar as interações linguísticas e simbólicas (Rodrigues, 2017).

Assim, reforçamos a nossa justificativa para esta pesquisa a partir da necessidade, também urgente, de prevenir que essa discussão se desvie daquilo que busca elucidar (o preconceito racial; o racismo), ao atribuir a culpa apenas às palavras isoladas, isto é, fora de um contexto situacional de uso real da linguagem. Desse modo, reforçamos que para que uma expressão tenha significado é fundamental considerar a interconexão entre língua, cultura, história e sociedade, em que as palavras e as expressões estão intimamente relacionadas ao processo de construção de significados que acontece em diferentes contextos e cenários (Ferrarezi Jr., 2010); e que as palavras são reféns das intenções comunicativas dos agentes nas culturas, sendo, portanto, necessário (e legítimo) o entendimento do valor/sentido/significado que lhe é atribuído nas práticas de linguagem/textos (Rodrigues, 2017).

Para além desta introdução, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: na próxima seção está a fundamentação teórica, seguida dos procedimentos metodológicos e análise e discussões dos dados, por fim, as considerações finais, e referências dos materiais consultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Raça e etnia: definições e diferenças no contexto sociocultural

De acordo com Munanga (2003, s.p), a origem etimológica do termo “raça” veio do idioma italiano “*Razza*”, que provém da língua latina “*ratio*”, e que possui o sentido de “sorte, categoria, espécie”. O vocábulo raça foi utilizado pela primeira vez na zoologia e botânica para categorizar as diferentes espécies de animais e plantas. O naturalista Sueco Carl Von Linné (1707-1778) empregou a palavra “raça” para ordenar 24 classes de plantas, atualmente essa concepção não possui mais esse significado. Na língua latina medieval, “raça” passou a denominar “[...] a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum” (Munanga, 2003, s.p).

Nessa concepção, o conceito de raça foi empregado para designar a diversidade humana. O francês François Bernier, em 1684, utilizou a palavra no sentido contemporâneo para categorizar a diferença entre os seres humanos, denominando de “raça”. Mas qual seria o motivo/necessidade de categorizar a diferença entre a humanidade? É evidente que os seres humanos possuem características físicas distintas, mas todos são da mesma espécie humana. Munanga (2003) afirma que durante o século XVIII, a cor da pele passou a ser vista como um critério crucial que separava as raças de seres humanos, resultando na divisão de três grupos raciais distintos: “raça branca”, “raça negra”, “raça amarela”. Essa tese ainda permanece na atualidade.

Conforme Schwarcz (1993), a definição da palavra “raça”, inserida no século XIX pelo naturalista e zoólogo francês Georges Cuvier (1769-1832), traz a

concepção das “heranças físicas” contínua entre os diversos grupos de seres humanos. Nesta ótica, a autora menciona Cesare Lombroso, que defende a tese de que o comportamento criminoso das pessoas era subjugado através da natureza biológica. Isto é, a conduta dos indivíduos não considerava as “atitudes”, mas sim as questões relacionadas às características físicas que eram herdadas de pai para filho³. Com isso, observamos que nessa época o conceito de raça foi criado e utilizado pelas teorias científicas para hierarquizar o ser humano, a partir daí esse conceito nasce carregado de ideologias acarretando o racismo.

Nessa ótica, o conceito de “raça” (fenótipo), delineado por Schwarcz (1993), está relacionado às características biológicas determinadas pela genética, como a cor da pele, dos olhos, a textura capilar; e difere da “etnia”, que está associada aos aspectos culturais, ideológicos, históricos e religiosos, entre outros. Para Munanga (2003, s.p), a definição de raça é “morfo-biológico [...] um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias”. Ou seja, o termo “raça” designa a característica biológica de um grupo de pessoas “brancas”, “negras”, “amarelas” que pode abranger várias etnias. Por sua vez, a concepção de etnia é “sócio-cultural, histórico e psicológico [...], é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (Munanga, 2003, s.p).

Munanga (2003) afirma que a definição de raça não é mais utilizada para ratificar a veracidade biológica, mas sim para elucidar o racismo, palavra derivada de raça, tendo em vista que este fenômeno permanece se respaldando na convicção da existência de uma hierarquia racial. Sendo assim, algumas pessoas preferem não empregar mais o termo “raça” e passam a adotar o conceito de “etnia”, acreditando que esse léxico seja mais apropriado do que “raça”, no que diz respeito ao “politicamente correto”. Entretanto, há também o entendimento de que essa troca de termos não altera, de forma alguma, a existência do racismo na sociedade, uma vez que essa medida não contribui para o combate do racismo, porque não elimina a estrutura hierárquica que existe entre culturas distintas, a qual é uma das facetas do racismo. Isto é, o racismo cometido na sociedade atual não necessita mais da definição de “raça” ou da “variante genética”, ele se reestrutura com fundamentos das concepções de “etnia” que distingue as culturas ou as identidades culturais. Nesse contexto, o que realmente transformou-se foram os vocábulos e definições, mas a estrutura ideológica que sustenta a ideia da existência de superioridade e inferioridade e, portanto, de exclusão permanece a mesma. Por isso, a concepção de etnia, identidade étnica ou cultural é empregado tanto por racistas quanto por antirracistas, servindo como uma maneira de manipulação por diferentes grupos, cada um adaptando-a conforme suas próprias conveniências.

Diante do exposto, cabe-nos refletir acerca da segregação étnico-racial pautada nas diferenças tanto culturais, religiosas, históricas e ideológicas, quanto físicas, que parte da tese de uma superioridade da raça “branca”, e a inferioridade da raça “negra” e “indígena”, resultando no racismo e na disparidade social. Cabe destacar também a questão de gênero, dessa suposta hierarquia racial, como explica Schwarcz (1993), ao se voltar para abordagens da história da sociedade que delineiam os papéis dos “homens brancos”, não mencionando a figura feminina, em que na base inferior estariam homens e mulheres negros e indígenas. Nessa

³ Cesare Lombroso foi um médico, psiquiatra e criminologista; e sua teoria, em relação a mistura racial e a degeneração das raças, é considerada racista/preconceituosa e ultrapassada.

perspectiva, além da existência dessa tese discriminatória em relação à cor da pele, a mulher também é discriminada por causa do gênero feminino.

A autora ainda menciona o francês Arthur de Gobineau (1816-1882) e o brasileiro Nina Rodrigues (1862-1906) ao discorrer sobre a “mestiçagem” que, segundo os estudiosos supracitados, resultava na degeneração da humanidade. A degeneração poderia ocorrer através dos estigmas sociais e biológicos. O primeiro estaria relacionado ao indivíduo que perdeu a razão, ou epilético, e o segundo estaria associado a questões físicas. Nessa concepção, a mistura racial representa o perigo da degeneração das raças. Por causa dessa tese, a teoria da “eugenia” defendia a proibição do casamento entre negros e brancos e promovia apenas a união entre “brancos” e “brancos” em prol do “branqueamento” racial, visando o combate das misturas das raças ou do “escurecimento” da pele humana. Fica evidente que essa tese do “branqueamento” carrega estigmas raciais pautadas na discriminação da raça negra.

No decorrer do tempo, a mistura de raça foi considerada uma relação harmoniosa entre o povo dominador e o dominado. Como enfatiza Schwarcz (1993), o Brasil é um país miscigenado sustentado pela ideia do mito da democracia racial, já que a interação sexual entre brancos, indígenas e negros seria vista como principal sinal de convivência racial, ignorando a violência colonial de estupro cometida pelos colonizadores portugueses contra mulheres negras e indígenas.

Azevedo (1987) enfatiza que a exploração sexual e territorial brasileira, e também trabalhista, que os povos indígenas sofreram deixaram grandes sequelas resultando sobre a subalternização do povo dominado pelo dominante. Tendo em vista esses aspectos históricos e culturais, a relação entre os europeus e os povos indígenas não foi tão harmoniosa como comumente retratada nos registros históricos brasileiros. Dizer que o Brasil foi “descoberto” em 22 de abril de 1500 é um equívoco, pois na verdade os europeus se aproveitaram da ingenuidade dos povos indígenas que já viviam neste país e tomaram suas terras brutalmente. O povo africano, por sua vez, foi retirado à força de sua terra natal, separado de seus entes queridos, comercializado, e viviam em condições desumanas e subjugados à escravidão, aqueles que resistiram foram assassinados cruelmente. Este fenômeno é conhecido como diáspora africana ou negra⁴.

Antes do fim da escravatura no Brasil, existiram diversas discussões políticas a respeito do que fazer com os negros depois que a escravidão fosse abolida. Conforme Azevedo (1987), alguns deputados na época se recusavam em abolir a escravidão; outros propuseram acabar com a escravidão paulatinamente; outros defendiam a tese de terminar com a inserção do negro na dinâmica da sociedade; tinha ainda aqueles que sugeriam que a escravidão fosse abolida e que o povo negro fosse devolvido ao lugar de origem, a África. Para a autora, por não saber o que fazer com a população negra, os senhores ficaram com medo de que os afrodescendentes se revoltassem contra eles e, por isso, almejavam devolvê-los ao continente africano. Entretanto, a concepção que foi aderida, após o final do período

⁴ Em outras palavras, a diáspora é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos tumbeiros (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino (Ministério da Cultura – Fundação Cultural Palmares). (Fonte: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/diaspora-africana-voce-sabe-o-que-e>)

escravocrata brasileiro, aboliu o trabalho escravo e o substituiu pelo trabalho livre de europeus. Com isso, notamos que não houve nenhum planejamento para introduzir os negros socialmente e nem politicamente; e principalmente de reparação da dívida gerada com o trabalho escravo. É fato que a população negra brasileira precisou se aventurar num cenário cruel e desumano da época, e que até hoje sofre os augúrios dos quais são herdeiros legítimos de uma sorte marcada por estigmas do racismo.

É do conhecimento de muitos brasileiros que o fim da escravidão brasileira se deu pela Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888; acontecimento que está registrado nos manuais didáticos do ensino de história como se fosse uma “boa ação”. Entretanto, sabemos que a lei em questão foi pressionada devido à inviabilidade de se manter a escravidão naquele contexto histórico, pois as bases da escravidão brasileira foram se enfraquecendo, desde o fim do Tráfico Negreiro, de 1850⁵, bem como da Lei do Ventre Livre, de 1871⁶, e da Lei do Sexagenários, de 1885⁷. Segundo Azevedo (1987), após o término da escravatura no Brasil, não foram garantidas as condições necessárias para que os antigos escravizados pudessem reconstruir as suas vidas. Mesmo libertos, viram-se obrigados a continuar a trabalhar para os seus antigos donos, em circunstâncias análogas à escravidão, a fim de terem um teto, comida, proteção.

Na sociedade atual, o racismo persiste devido à perpetuação de ideias ultrapassadas por parte de certos indivíduos que defendem a existência de uma hierarquia racial. Como resultado, ainda hoje é possível observar vestígios preconceituosos da era da escravatura, onde os brancos eram considerados superiores e os negros e indígenas inferiores. Esta atitude fomenta a segregação entre os diferentes grupos étnico-raciais, ignorando a riqueza da diversidade racial, sociocultural e histórica presente na sociedade brasileira. Desse modo, no próximo tópico, discutiremos acerca da distinção entre alguns termos que são caros ao nosso estudo.

2.2 Compreendendo a distinção entre racismo, preconceito e discriminação

Para entendermos melhor a questão do racismo, nesta parte do estudo, iremos refletir acerca da distinção entre “racismo”, “preconceito racial” e “discriminação”. Conforme Munanga (2003), o racismo possui diferentes concepções, mas é frequentemente abordado a partir de questões ligadas à raça. Considerando as conexões existentes entre os termos “raça” e “racismo”, o racismo pode ser compreendido como uma ideologia essencialista que propõe a divisão dos seres humanos em conjuntos denominados raças distintas, os quais compartilham características físicas herdadas. Essas características, por sua vez, servem como base para atributos psicológicos, morais, intelectuais e estéticos, que são organizados em uma hierarquia de valores desiguais. Nessa perspectiva, “o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação

⁵ A Lei nº 581, aprovada em 4 de setembro de 1850, conhecida também como a Lei Eusébio de Queiroz, proibiu o tráfico negreiro que consistia na prática da migração forçada de negros oriunda do continente africano com o intuito de escravizá-los no Brasil (Freitas, 2009).

⁶ A Lei nº 2.040, aprovada em 28 de setembro de 1871, também chamada de Lei do Ventre Livre, determinava que, a partir do momento da sua implementação, seria garantida a liberdade aos filhos de mães escravizadas que nascessem no Brasil Imperial (Freitas, 2009).

⁷ A Lei nº 3.270, aprovada em 28 de setembro de 1885, também denominada a Lei dos Sexagenários, estabeleceu que, a partir desta data, os escravizados com 60 anos ou mais fossem libertados (Manoel, 2020).

intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (Munanga, 2003, s.p).

Kabengele Munanga é antropólogo e professor brasileiro-congolês. Ele é especialista em antropologia da população afro-brasileira, com foco em questões raciais na sociedade brasileira. Segundo Munanga (2003), o racista constrói a noção de raça do ponto de vista sociológico, o que significa que a raça não é apenas um conjunto delimitado por características físicas, mas também é caracterizado por um conjunto de aspectos culturais, sociais, religiosos, linguísticos, dentre outros. Em outras palavras, o racismo é essa inclinação de acreditar que as qualidades morais de um determinado grupo são resultantes diretas de seus aspectos físicos e biológicos.

Neste íterim, Nascimento (2021, p.4) destaca que o racismo é uma ideologia que defende a presença de uma hierarquia entre os diferentes grupos raciais humanos, consistindo em um conjunto de conceitos e representações associados a esses grupos e fundamentados na ideia da existência de raças consideradas superiores (brancos) e inferiores (negros) e (indígenas). Entretanto, segundo o autor, “não é a ideologia que fomenta uma dada formação histórica, mas são formações históricas que se retroalimentam de ideologias e as condicionam como ideologia”. Ele ainda destaca que o racismo se consolida nas bases raciais europeias e nas buscas por justificativas para a colonização, dando origem aos estigmas raciais que ainda perpetuam na sociedade atual.

Munanga (2003) evidencia que o preconceito racial se refere a um julgamento negativo prévio feito sobre indivíduos estigmatizados devido a estereótipos associados ao seu grupo racial, étnico ou religioso. Em outras palavras, é uma avaliação prévia que se faz de outra pessoa com base nas características físicas, culturais, religiosas, entre outras. Enquanto a discriminação é o comportamento que desrespeita os direitos dos indivíduos, utilizando critérios particulares que não possuem motivos aparentes, tendo como exemplo, gênero, raça, orientação sexual, cultura, religião, idade, classe social, dentre outras.

Nesse sentido, a discriminação racial pode ser vista como a manifestação do racismo e a concretização do preconceito. O racismo e o preconceito estão presentes nas ideologias, nos juízos de valor, na visão de mundo e nas convicções. Outrossim, a discriminação racial é a implementação efetiva das “atitudes” que perpetuam a concretização do racismo.

2.3 A “exclusão” de expressões do léxico brasileiro em debate

A discussão sobre a “exclusão” de palavras e expressões do vocabulário brasileiro não é algo recente. Durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, foi lançado o manual “*Politicamente Correto e dos Direitos Humanos*”. Esse documento visava orientar sobre o uso de termos considerados ofensivos ou discriminatórios, promovendo uma linguagem mais inclusiva e respeitosa. No entanto, o material recebeu críticas, principalmente relacionadas à sua abordagem e aos critérios utilizados para determinar quais palavras deveriam ser evitadas. Como resultado das críticas, o manual foi retirado de circulação. Essa questão alimentou debates a respeito da liberdade de expressão, sensibilidade cultural e os limites do “politicamente correto” na linguagem. Nesse documento havia uma preferência em utilizar o termo “negro” ao invés de “preto” para referir-se a cor da pele das pessoas negras. Contudo, como destacam Coseriu (1979) e Kabatek

(2006), os vocábulos podem alterar o sentido, como exemplo, o termo “preto” no decorrer do tempo passou a ser empregado para referir-se a cor da pele da população negra, inclusive sendo para muitos a expressão mais aceitável.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de 2004, o TSE lança em 2022 a cartilha *Expressões Racistas: por que evitá-las*. Reacendendo a discussão e propondo a “abolição” de 40 palavras/expressões acusadas de serem ofensivas às pessoas negras, com o argumento de que essas expressões feriam as dignidades negras e teriam que ser abolidas do léxico brasileiro em prol do combate do racismo, neste caso, pelo TSE. No entanto, diferente do manual *Politicamente Correto e dos Direitos Humanos* que utilizava somente o termo “negro” para referir-se a cor da pele do povo negro e apontava o uso do vocábulo “preto” como ofensivo para designar a negritude, esse documento destaca que os termos “negro” e “preto” são considerados sinônimos da cor da pele das pessoas negras e, assim, o uso de tais (“negro” e/ou “preto”) teria uma conotação ofensiva. Essa ótica sugere que, a partir de uma perspectiva sincrônica, os vocábulos “preto” e “negro” adquiriram sentidos pejorativos, ignorando o fato de que as palavras (mesmo em dicionários) possuem sentidos diversos, pela força de transformação/atualização do vocabulário, da linguagem (Carvalho, 2002; Rodrigues, 2017). Fica evidenciado, então, que é importante entender que existe uma relação entre a complexidade da linguagem e sua relação com aspectos socioculturais e históricos. Por muito tempo, tem-se propagado uma ideia pouco reflexiva sobre o uso de inúmeros termos, porque teriam uma conotação ofensiva, porém essa ideia é mantida por uma perspectiva meramente sincrônica, em que se considera os termos de uma forma unilateral, ignorando seu processo diacrônico, evolutivo.

Vamos nos deter agora ao uso do termo “caixa-preta” que não consta na cartilha, mas que nos ajuda a pensar de modo reflexivo acerca da temática em questão. No dia 27 de novembro de 2023, durante uma reunião da CPI das ONG (Comissão Parlamentar Inquérito), cuja finalidade foi de apurar as ações de entidades sem fins lucrativos que recebiam verbas estatais na região amazônica, o senador Plínio Valério (PSDB) empregou, metaforicamente, a expressão “caixa-preta” para tratar sobre as descobertas da investigação da CPI das ONG. Na ocasião, a ministra do meio ambiente Marina Silva, o acusou de ter proferido uma palavra racista, argumentando que: “caixa-preta não senador! Isso é uma forma pejorativa de se dirigir às pessoas pretas, preta sou eu, que estou aqui do seu lado”. Na concepção da ministra do meio ambiente, o vocábulo “preto” representa a cor de sua pele, seu povo e, portanto, da negritude, considerando qualquer utilização fora desta “caixa” inadequada e potencialmente racista. Dessa forma, o termo “caixa-preta” passa a figurar, no discurso da ministra Marina Silva como sendo uma expressão preconceituosa/racista. Ficou evidente que ela não o relaciona ao contexto de uso e ao cenário em que “caixa-preta” foi empregada. Na situação em análise, o termo não foi utilizado com teor preconceituoso. No sentido literal da palavra, “caixa-preta” é o nome de um equipamento aéreo de uso obrigatório e universal, pelas autoridades aeronáuticas, que não são unânimes quanto à sua utilidade e valor.

Diante do exposto, refletimos que debater o racismo (ou lutar contra o preconceito racial), no que se refere ao uso de expressões linguísticas, significa, necessariamente, nos voltar para a atitude e a intenção daqueles que fazem uso da linguagem e dos textos/discursos, compreendendo que há contextos situacionais e cenários que traçam e ressignificam os sentidos/significados que estruturam as

enunciações; e que adotar uma consciência simplista de compreensão dos significados dos termos de modo isolado é ser ingênuo, porque é uma atitude que não gera uma reflexão acerca do uso e, desse modo, é não profícuo, do ponto de vista da luta contra o preconceito racial e o racismo.

Entendemos que, em vez do documento sugerir “abolir” determinados termos do vocabulário brasileiro, é fundamental compreender os significados atribuídos ao uso dessas palavras no dia a dia das pessoas. Não podemos restringir os vocábulos a um significado fixo, imutável, antiquado. Assim como fez Marina, que teve uma mentalidade simplista de acreditar no conto fantasioso de que o vocábulo “preto” é sinônimo pleno da cor de pele dos indivíduos negros, sem qualquer outra forma de significância, e ignorando que a palavra adquire significado ao ser empregada em contextos socioculturais e históricos, sendo dinâmica e flexível (Rodrigues, 2017).

2.4 Explorando a diversidade semântica da cor: o caso da cartilha do TSE

Conforme Ferrarezi Jr. (2010), a palavra possui significado determinado, porém a compreensão pode transformar-se, dependendo do contexto em que o termo está inserido. Isso demonstra que, ao selecionarmos um vocábulo, não estamos somente optando por um sentido dentre os vários disponíveis nos dicionários, pois devemos levar em conta a situação em que o vocábulo é utilizado.

Nessa perspectiva, já adiantamos que a cartilha *Expressões racistas: por que evitá-las* relaciona os termos “preto” e “negro” como sinônimos pejorativos que estão relacionados à cor da pele de pessoas negras, interpretando que qualquer emprego destes vocábulos é potencialmente preconceituoso, sem considerar o contexto em a expressão é utilizada e a intenção comunicativa.

Nosso entendimento é que a conexão constante e direta destas palavras a temas unicamente étnico-raciais busca simplificar a complexidade da diversidade linguística e da multiplicidade de significados, aspectos complexos e que são interligados/conectados aos fenômenos da plasticidade cultural e do hibridismo cultural que, conforme Rodrigues (2017), são relevantes para os estudos da linguagem na contemporaneidade.

Destarte, o documento responsabiliza os termos/expressões relacionados ao “preto” e ao “negro” e os “proíbem”, sem apresentar nenhuma reflexão assertiva (científica) acerca do contexto de uso e cenários em que são empregados (Ferrarezi Jr. 2010). O material também ignora uma abordagem histórica da linguagem e, portanto, não mostra elementos de uma tradição discursiva (Coseriu, 1979; Kabatek, 2006), que poderiam elucidar ou refutar possíveis “intenções” racistas na prática linguageira; ou por parte do próprio documento do TSE. Desse modo, no próximo tópico, voltar-nos-emos ao debate acerca dos termos que geram a maior parte desta discussão.

2.4.1 O negro e o preto: elucidações em face da simplificação dos sentidos

A palavra *niger*, que surgiu do latim, provinha da língua indo-europeia “*Negw*”, tinha o significado de “noite”. Moniz (2001, p. 447) aponta que o termo “negro” deriva da língua latina *niger*, e que significa: “adj 1. negro, preto, escuro, sombrio [...]; 2. Tenebroso, funesto, sombrio, fatal, fúnebre [...]; 3. Que torna escuro, que obscurece, que ensombra; 4. (Falando do caráter) de alma negra, pérfido, mau, perverso, velhaco”. Fica evidente que o termo “negro”, inicialmente, não se referia a cor da

pele dos afrodescendentes. *Niger/nigro* era um termo utilizado para descrever “coisas”, e no decorrer do tempo passou também a definir um “[sobrenome Romano]”: Nigro (Moniz, 2001, p.447). É muito conhecida a passagem bíblica: “E na igreja que estava em Antioquia havia alguns profetas e doutores, a saber: Barnabé e Simeão, chamado Níger, e Lúcio Cireneu, Manaém, que fora criado com Herodes o tetrarca, e Saulo” (A Bíblia [...] 1969; Atos 13, Cap. 1, p. 956). Neste versículo bíblico, durante os primeiros tempos do cristianismo, segundo o léxico do *Novo Testamento*, a palavra “Níger” foi empregada como sobrenome de Simeão e Barnabé.

Observamos, assim, que a origem do termo “negro” é controversa em seu uso. Nesse aspecto, este vocábulo e suas derivações também foram utilizados para referir-se à escuridão noturna, entre outras formas de sombreamento, tais como os tons escuros que, por representação visual, serviram para nomear coisas, como o “Rio Níger/Rio Negro”, que em sua composição inicial latina é raiz de dois países africanos “Níger” e “Nigéria”. Outrossim, é relevante destacar que esta palavra surgiu antes do período escravocrata.

Durante a era medieval, os africanos eram denominados como “mouros”, com o início do processo de escravidão e com o surgimento das teorias raciais, o termo “negro” passou a ter uma conotação racial, enquanto classificações científicas das cores da pele dos seres humanos baseadas em hierarquias que colocavam os homens brancos europeus no topo e os negros e indígenas na base. Ou seja, a palavra “negro” foi empregada para definir as características raciais que foram usadas por exploradores europeus para justificar a escravidão dos povos africanos, sendo associadas à suposta inferioridade biológica das raças.

Assim como “negro”, o termo “preto”, por sua vez, também não é empregado somente como sinônimo da cor da pele de pessoas negras. Conforme enfatiza Rodrigues e Rodrigues (2021, p.159), “A cor preta, apesar de ser considerada por teóricos e “leigos” como uma “não cor”, por não ter na sua composição a presença da luz, inegavelmente tem um papel simbólico e significativo para vida humana”. Ou seja, mesmo que para alguns estudiosos das cores o preto seja considerado “uma não cor”, pela ausência da luz, conforme os autores, esta cor possui uma diversidade de valor simbólico. Como explicam Rodrigues e Rodrigues (2021), a ligação da cor preta no cotidiano da humanidade está relacionada à experiência do ser humano no mundo, às coisas do “mal”, do sombrio, do desconhecido, isto é, do não revelado. Isso ocorre pelo medo associado ao desconhecido, não revelado, nefasto, sombrio. Entretanto, os autores destacam que essa é uma concepção mais comum, mas não absoluta; e ponderam que os significados das cores estão associados a questões culturais, o que difere os signos por separação geográfica e histórica.

Segundo Heller (2013, p.145), na perspectiva da psicologia das cores, o termo “preto” não se restringe unicamente para descrever a tonalidade da pele dos afrodescendentes, podendo adquirir diferentes significados bem como “o preto faz referência às coisas proibidas, mas que se fazem em segredo”. Além disso, o preto pode simbolizar angústia, medo, depressão, tristeza, dor, luto, elegância, entre outros significados. Para Rodrigues e Rodrigues (2021, p.160), “o preto é a cor ocidental do luto, da tristeza; para os orientais, representa alegria e esperança”.

Desse modo, como enfatizam Rodrigues e Rodrigues (2021, p.159), “[...] o preto não representa apenas a morte e o que há de triste e nefasto, mas a ressurreição, luz que vem após as trevas, sol que sucede a noite escura, primavera repleta de flores e beleza que se sobrepõem ao inverno cinzento”. Entretanto, esta

festividade advinda desse modo de significação não pode ser confundida com o uso indiscriminado da simbologia das cores para “brincar” com coisas sérias. Amplamente difundida no Brasil, o *blackface*⁸ (preto/rosto), a prática de pintar a face de preto, sobretudo durante o carnaval, em que indivíduos de pele branca se vestem personificados de “Nega Maluca” ou “Índio”, justificando que estariam prestando uma “homenagem” às culturas afro-brasileira e indígena, tornou-se alvo de críticas. Entendemos que essa “brincadeira” de carnaval é realmente desnecessária, porque personifica corpos de “pretos”, estes que categorizam, simbolicamente, os povos negros mediante ações de pessoas mal-intencionadas que podem, na ocasião, aproveitar-se para praticar o racismo.

Destacamos que a expressão “Nega maluca” consta na lista da cartilha do TSE como sendo um termo preconceituoso, diante da justificativa de que é utilizado como desculpas para denominar um bolo de chocolate, que provavelmente pode ser desconhecido por pessoas de diversas regiões do Brasil, considerando o fato da pluralidade cultural do nosso país. Segundo o documento, o vocábulo é empregado para menosprezar a figura feminina negra, relacionando-a ao bolo. Conforme o texto, é oculto nesta expressão a erotização descabida da mulher negra, que vem intensificado pelo adjetivo “maluca”, a fim de reduzir sua capacidade intelectual. Pautado Rodrigues (2017), entendemos que essa expressão relacionada ao tipo de bolo que a cartilha se refere é realmente desnecessária para o uso cotidiano da língua, uma vez que não encontra outra forma possível de significação em nossa cultura idiomática que não seja essa forma depreciativa de se referir ao corpo da mulher de ascendência negra. Pelo fato de o bolo ser de chocolate e cor escura/preta/marrom, caberia outra forma de registro, nomenclatura, mas que escapasse dessa necessidade simbólica de se referir ao corpo da mulher negra.

Ainda no que se refere à simbologia de pintar a pele na cor “preta”, e para demonstramos que os sentidos são diversos e necessários para a significação das palavras ou cores/gestos em contextos e cenários variados, explanaremos acerca do episódio marcante da luta indígena no Brasil durante a Assembleia Nacional Constituinte, no dia 4 de setembro de 1987. Na ocasião, Ailton Krenak, representante do movimento indígena, tomou uma atitude significativa ao pintar o rosto de “preto” como forma de protesto contra a violação dos direitos dos povos indígenas. Para Heller (2013), o gesto do indígena expressou coragem e simbolizou o “luto” pelos povos originários que foram quase todos dizimados ao longo da história do Brasil. Diferentemente da prática de pintar a face de preto em festas típicas de carnaval, o *blackface* (preto/rosto) adotado por Ailton Krenak não pode ser visto como uma “brincadeira inocente”, haja vista que simboliza o “luto” de seu povo, ação de protesto, portanto, não foi um ato desrespeitoso em relação às tradições culturais dos afrodescendentes.

Nessa concepção, Ferrarezi Jr. (2010, p. 203) destaca que “não há língua que não precise recorrer a construções de sentido não-costumeiras, fazendo com que uma mesma palavra acabe assumindo muitos outros sentidos, ou seja, sendo tornada polissêmica”. Assim, notamos que os termos “preto” e negro” são sinais diferentes usados muitas vezes como sinônimos de raça negra. Contudo, cada palavra independente uma da outra e pode assumir uma diversidade de sentidos. Ferrarezi Jr. (2013) destaca que, apesar de um mesmo sinal linguístico poder

⁸ O *blackface* é uma prática racista originária nos Estados Unidos no século XIX, que consiste na pintura do rosto com uma tinta escura numa tentativa caricaturada/estereotipada de representar pessoas negras, o que contribuiu para a propagação da discriminação racial.

apresentar infinitas possibilidades de significados para a mesma expressão, ao atribuirmos sentido aos termos é necessário observarmos a relação entre “palavra, língua e cultura” num contexto de uso específico. Com isso, entendemos que o sentido da palavra hoje é diverso/plural, e sua significação/simbologia escapa o crivo único/individual da mera percepção sgnica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Do tipo de pesquisa ao objeto e relevância da investigação

A pesquisa em questão é de cunho qualitativo. O propósito do nosso estudo foi investigar 9 dos 40 termos acusados de serem racistas pela cartilha *Expressões Racistas: por que evitá-las* (“A coisa tá preta”, “Humor negro”, “Lista negra”, “Ovelha negra”, “Denegrir”, “Criado-mudo”, “Meia-tigela/De meia-tigela”, “Crioulo”, “Samba do crioulo doido”). Optamos por analisar parte dos vocábulos/expressões considerados preconceituosos pela cartilha do TSE devido às limitações de espaço, por se tratar de um artigo científico com limite de páginas.

Figura 1 - 40 palavras acusadas de serem “racistas” pela cartilha do TSE

Sumário			
16	A coisa tá preta	58	Lista negra
18	Barriga suja	60	Macumbeiro
20	Boçal	64	Magia negra
22	Cabelo ruim	66	Meia-tigela / de meia-tigela
24	Chuta que é macumba!	70	Mercado negro
26	Cor de pele	72	Mulata
28	Criado-mudo	76	Mulata tipo exportação
30	Crioulo	78	Não sou tuas negas!
32	Da cor do pecado	80	Nasceu com um pé na cozinha
34	Denegrir	82	Nega maluca
36	Dia de branco	84	Negra com traços finos
38	Disputar a negra	86	Negra de beleza exótica
40	Esclarecer	88	Negro de alma branca
42	Escravo	90	Ovelha negra
44	Estampa étnica	92	Preto de alma branca
46	Feito nas coxas	94	Quando não está preso está armado
50	Galinha de macumba	96	Samba do crioulo doido
52	Humor negro	100	Serviço de preto
54	Inhaca	102	Teta de nega
56	Inveja branca	104	Volta pro mar, oferenda!
		106	Referências

Fonte: Brasil (2022)

A motivação para a pesquisa se deu devido a repercussão que o debate de abolir os termos do léxico brasileiro causou em algumas pessoas que se mostraram desconfortáveis com a forma como o tema do racismo foi sendo abordado pelo documento, uma vez que ao expressar determinadas palavras, os falantes estariam se autodeclarando racistas.

Por essa razão, houve a necessidade de realizarmos um estudo científico sobre esse tema, haja vista que ele se impõe relevante para a sociedade contemporânea brasileira. Entendemos que, muitas vezes, o modo como a questão do preconceito racial é abordado invisibiliza o racismo ao gerar polêmicas, que

ganham cena pelo ataque unilateral do fenômeno, com acusações de ordem dicotômicas e sem uma discussão reflexiva.

Desse modo, para a elaboração deste estudo, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, adotando uma abordagem descritiva-reflexiva e fundamentando-se nos domínios de investigação da Linguística da Prática (Rodrigues, 2017), ao entendermos que os vocábulos carregam consigo sentidos/significados específicos, porém diversos, e que estes estariam diretamente relacionados às utilizações que os agentes sociais fazem da língua(gem) na prática de atualizam dos textos/discursos; e, portanto, considerando o fenômeno da plasticidade cultural do sistema linguístico.

Para tanto, verificamos a relação sociohumana (Rodrigues, 2017) palavra-língua x história-cultura sob a perspectiva dos estudos da linguagem, com ênfase nos Estudos Semânticos e nas Tradições Discursivas, arcabouços teóricos que emprestam métodos ao domínio de estudo científico da linguagem no rol da Linguística da Prática. Para esta corrente de estudos da linguagem, a língua é um sistema composto por expressões/palavras que ganham sentido e se transformam no decorrer do tempo, modificando-se para gerar novos sentidos nos textos, que também são atualizados frequentemente para a manutenção das trocas linguísticas/simbólicas que, através de um agir consciente (ou não) em práticas sociais de atuação/atualização do agente pela língua(gem), modifica a práxis social (Rodrigues, 2017).

Desse modo, escolhemos a Semântica de Contextos e Cenários (Ferrarezi Jr. 2010; 2013), por compreendermos que o sentido/significado é um produto da cultura de um agir da sociedade em contextos e cenários específicos; e respaldamos nossa investigação nos ditames teóricos das Tradições Discursivas (Coseriu, 1979; Kabatek, 2006; 2012), para verificarmos a origem histórica/etimológica das expressões selecionadas na cartilha do TSE e que são apontadas como preconceituosas. Neste sentido, também nos auxiliaram os apontamentos do filólogo, linguista e lexicógrafo Nascentes (1955).

Outrossim, buscamos fundamentos nos estudos de Nascimento (2021). Para este autor, o debate a respeito do racismo não deve restringir-se somente à palavra em si, pois é relevante entender que a problemática do racismo está nas estruturas sociais (Schwarcz, 1993; Azevedo, 1987). Respalados por estes argumentos, entendemos que a discussão a respeito do uso da linguagem e de certos termos é necessária, mas deve considerar o contexto e cenário em que as enunciações acontecem, inserindo as dinâmicas de poder e a maneira como o racismo ainda permanece na sociedade moderna. Assim, é fundamental compreender que alguns termos isolados e fora do contexto que o documento norteia a discussão não são necessariamente racistas.

Assim sendo, entendemos como relevante a necessidade de refletir a respeito do racismo através de uma abordagem de estudo da linguagem que considere o fenômeno da “intenção”⁹ de uso e da violência linguística/simbólica promovidos pelo uso intencional de palavras/expressões em contextos e cenários específicos, o que se torna possível mediante uma abordagem de estudo da Linguística da Prática (Rodrigues, 2017). Nessa ótica, observamos que a intenção de menosprezar a comunidade negra, por causa dos estereótipos raciais, é a verdadeira responsável

⁹ Para Freitag (2017, p.32), “Atitude é o construto mental, psicológico, difícil de definir e de mensurar e em alguma medida, as atitudes podem predizer (ou não) o comportamento, e o comportamento pode (ou não) afetar as atitudes”.

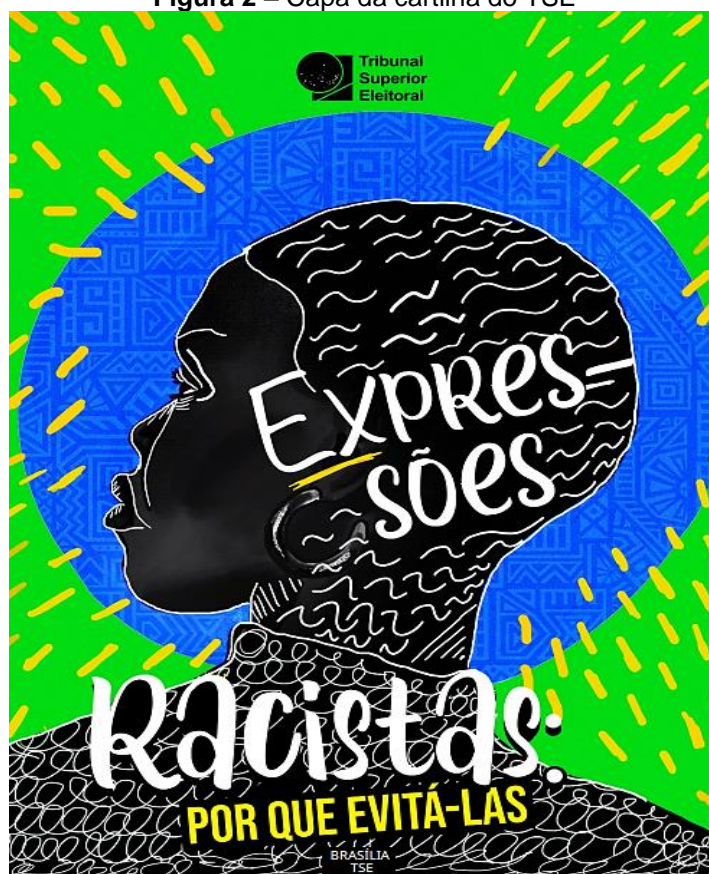
pelo preconceito que se fundamenta na tese de uma hierarquia racial. A intenção de ofender e oprimir (e não a palavra em si) é a verdadeira responsável pela perpetuação do racismo na sociedade brasileira.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Descrição reflexiva sobre a cartilha *Expressões Racistas: por que evitá-las*

A cartilha *Expressões Racistas: por que evitá-las* foi produzida pelo secretário de tecnologia e informação Carlos Henrique Cândido, cuja formação é na área do direito eleitoral; o filósofo e teólogo frei Davi Raimundo dos Santos; a analista judiciária do TRE-MG Sabrina de Paula, formada em direito; e o especialista em direito processual Volgane Oliveira Carvalho.

Figura 2 – Capa da cartilha do TSE



Fonte: Brasil (2022)

A ausência de profissionais da linguística entre os responsáveis pela cartilha, bem como a falta de consulta a especialistas da área da linguagem, durante o processo de produção textual, resultou no desprezo de princípios científicos da linguagem, tais como os estudos semânticos, semióticos, sociolinguísticos, discursivos etc. Baseado em Ferrarezi Jr. (2010), entendemos que isso afastou-os da compreensão de que o emprego dos termos de maneira meramente dicionarizada, ou seja, sem a adequada adaptação ao contexto e ao cenário em que a situação de linguagem é gerada, causou mal-entendidos e inadequações na construção do texto. Este é o equívoco de se analisar a palavra apenas por um viés

etimológico. Além disso, essa exposição é responsável pela propagação de uma ideia errônea na sociedade, sobretudo, pelas redes sociais.

Este documento foi lançado durante a Semana da Consciência Negra e causou repercussão negativa devido à maneira como é abordado o racismo, apresentado como se fosse uma questão simples, que se resolveria pela “exclusão” de termos supostamente preconceituosos do vocabulário brasileiro, como se as palavras fossem responsáveis pelo preconceito racial. O documento do TSE não destaca a necessidade de não responsabilizar as palavras, pelo contrário, ele não leva em conta o contexto específico em que as palavras/expressões são empregadas. A discussão gira em torno de vocábulos tidos como pejorativos e que seriam responsáveis pela efetivação do racismo.

É inegável que o racismo é uma prática criminosa. No entanto, como Nascimento (2021) ressalta, o debate a respeito do racismo não deve restringir-se somente ao termo em si. É essencial compreender que a questão ultrapassa o uso de palavras e está profundamente arraigada no discurso e nas estruturas sociais que mantêm a discriminação. Assim, ao discutir a respeito da linguagem, é fundamental levar em conta o contexto mais abrangente em que as expressões linguísticas se inserem, compreendendo as relações de poder e as maneiras pelas quais o racismo se mantém presente na sociedade contemporânea. Dessa forma, a atenção sobre o assunto deve ser direcionada para o enfrentamento do racismo em suas diversas manifestações, analisando as estruturas e as práticas de poder que sustentam a discriminação racial nas diversas culturas (Rodrigues, 2017), em vez de limitar o debate ao plano da “censura” ou da “abolição” de determinadas palavras pautadas nas convicções de não especialistas da linguagem.

Vale destacar que durante o período em que a escravatura foi uma realidade no Brasil, o termo “abolir”, por exemplo, foi utilizado para designar o fim da escravidão, e para referir-se à libertação dos negros escravizados. No entanto, no texto em análise, a palavra “abolir” é associada à ideia de “censura”, ou seja, à proibição (e não a libertação/liberação) do uso de 40 termos da língua portuguesa falada no Brasil; fato que já se impõe relevante para demonstrar a diversidade de sentidos/significados de palavras e expressões, uma vez que o uso desta expressão pelos autores do documento, demonstra ingenuidade frente ao fenômeno da diversidade semântica. Outrossim, o ataque às palavras/expressões, ao invés de combater o racismo, ilustra uma imposição de ordem arbitrária e autoritária por parte do TSE, que suprime a consciência linguística do usuário da língua(gem), de que as palavras possuem sentidos diversos em contextos também diversos, por uma tentativa de supressão idiomática não acordada com os especialistas da língua(gem). Portanto, gerando desinformação na população brasileira.

É fundamental que os valores advindos de uma consciência negra sejam abordados de forma reflexiva e constante, em prol da promoção do reconhecimento sociocultural e histórico da diversidade brasileira. Ao incluir no calendário escolar o dia 20 de novembro como data de celebração do “Dia da Consciência Negra”, a Lei 10.639/2003 simboliza um progresso não apenas para o sistema educacional do país, mas também para toda população do Brasil (Brasil, 2003). Para tanto, foi sancionada a Lei 14.759/2023 que oficializa o dia 20 de novembro como feriado em todo o país (Brasil, 2023). Segundo o Art.1º: “Fica declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e Consciência Negra” (Brasil, 2023, [s.p]). Essa data, que possui grande relevância histórico-cultural para o país, promove o reconhecimento da diversidade étnica racial brasileira.

Nesse sentido, refletimos se realmente a cartilha elaborada pelo TSE estaria colaborando para uma Educação Antirracista, ou se o documento em análise deveria concentrar-se em uma discussão que promovesse a conscientização sobre o uso desses termos considerados racistas. Nosso entendimento é que responsabilizar o termo pelo racismo é ocultar o acontecimento. Segundo Rodrigues (2017), a maneira como a pessoa atualiza sua atitude linguageira, de forma consciente, não pode perpetuar estigmas de proibição, o que geraria um contexto cultural que estimularia nos agentes gatilhos já conhecidos pelo preconceito linguístico, que são bastante negativos para a paz comum e o bem-estar da sociedade, aspectos que as políticas linguísticas hoje se encontram provocadas.

4.2 Análise de expressões “racistas” elencadas pela cartilha do TSE

Relembremos Ferrarezi Jr. (2010), para quem a palavra/expressão tem significado particular, mas sua compreensão pode se transformar dependendo do contexto e cenário em que são utilizados. Isso mostra que, ao optar por um vocábulo, não se trata somente de escolher um significado entre os diversos que constam nos dicionários, mas conferir o sentido a essa palavra, levando em conta o contexto situacional em que é empregada.

O texto analisado aborda a temática do racismo vinculando os termos “preto” e “negro” como se fossem meramente sinônimos da cor de pele de pessoas negras, ignorando qualquer utilização fora deste parâmetro. Como exemplo desta mentalidade simplista/limitante, reproduzimos alguns dos termos “censurados” pelo documento: “a coisa está preta”, “humor negro”, “lista negra”, “ovelha negra”, “denegrir”. Assim, o material critica as palavras/expressões relacionadas ao “preto” e ao “negro” e condena-as sem considerar o contexto em que são empregadas/utilizadas ou a situação em que se dá a atualização da prática de linguagem (Rodrigues, 2017).

O documento do TSE revela uma repetitiva ligação entre os termos “preto/preta” e “negro/negra” como algo negativo, associando aos termos valores nefastos, como se tais cores apenas significassem coisas ruins. Essa abordagem demonstra uma ingenuidade dos criadores da cartilha, que se apoiam em percepções do senso comum e não procuram uma fundamentação científica capaz de oferecer ao conteúdo do documento uma análise educativa sob o prisma léxico-semântico. Há ainda, de maneira irônica, uma sugestão de trocar o termo “branco/claro” por “preto/escuro” em situações de uso cotidiano da língua em que, por exemplo, a expressão “esclarecer” poderia circular socialmente/culturalmente com um sentido histórico equivalente, mas com a sua expressão modificada para “escurecer”; porém sem a adequada contextualização, e numa tentativa de transformação unilateral de uma palavra por outra, imaginando que essa ação arbitrária conseguiria solucionar um fenômeno sociocultural e histórico tão delicado e complicado como é o racismo. Podemos perceber, assim, que a cartilha falha em seu propósito, ou seja, em vez de oferecer/propor uma reflexão aprofundada sobre o racismo linguístico, cria uma contradição ao associar o negro/preto a algo ruim.

Compreendemos que esse debate é essencial para o progresso da humanidade nas várias culturas, especialmente no Brasil, encontrando-se em fase inicial da trajetória, pois ainda há um longo percurso a ser alcançado, e o estudo da linguagem deve ser parte integrante dessa discussão. Em vista disso, a seguir,

expomos a análise descritivo-reflexiva de 9 palavras/expressões que foram acusadas de serem preconceituosas pelo material analisado em nosso estudo.

4.2.1 “A coisa tá preta”

Segundo a cartilha do TSE, o vocábulo “a coisa tá preta” é racista, pois relaciona as pessoas negras às coisas negativas. O documento afirma que a expressão indica “[...] a uma situação extremamente negativa, complicada ou a um problema de difícil solução” (Brasil, 2022, p.17). Para a cartilha, o mais adequado, nesse caso, seria utilizar os sinônimos “a situação é difícil”, “o caso é complexo” ou “a coisa está complicada”. No contexto apresentado pelo TSE, o sentido da palavra não está ligado à comunidade afrodescendente brasileira, mas a situações difíceis e complicadas. Nessa perspectiva, salientamos que o texto examinado aborda a ideia de relacionar o termo “preto” como se fosse simplesmente sinônimo da tonalidade da pele negra, interpretando qualquer emprego do termo “preto” como possivelmente racista, sem considerar o contexto específico de uso da linguagem. A justificativa do material não condiz com o estudo filológico e etimológico do termo. Se fosse o caso, seríamos capazes de averiguar que ao longo do tempo, como demonstram Coseriu (1979) e Kabatek (2006), os vocábulos se alteram e também modificam os sentidos. Assim sendo, o texto do TSE se esquece de pontuar que a expressão “a coisa tá preta” foi tomada ao exame de modo alheio, e figura no documento de forma descontextualizada, isto é, genérica, portanto, não seria racista.

Observaremos em seguida, o sentido do uso da expressão “a coisa tá preta” em um contexto televisivo. Durante apresentação do programa matinal *Mais Você* da TV Globo, apresentado no dia 12 de março de 2024, por Ana Maria Braga, a apresentadora fez uma autocorreção após ter dito: “O negócio desandou e foi treta pra tudo que é lado [...], a coisa continua preta lá”. Essa situação de fala se refere a discussão repleta de ofensas entre duas ex-participantes do *Big Brother Brasil 2024*. Na tentativa de justificar-se por utilizar uma suposta expressão “racista”, a comunicadora afirma que desejava expressar o sentido de que as coisas: “[...] continua braba”. Possivelmente, para não ser cancelada pelo público da internet, depois dos comerciais, Ana Maria Braga se expressou: “Desculpem os erros que cometo ainda, pela minha formação, pela minha idade e pela minha história. Não é justificativa, mas eu quero pedir desculpas”. No entanto, o que a apresentadora, ao se corrigir, demonstrou não saber é que a expressão “a coisa tá preta” não se relaciona necessariamente à cor da pele de pessoas negras. Além disso, é possível notarmos no contexto de enunciação que não houve a “intenção”, por parte da apresentadora, de ofender as participantes do *Big Brother Brasil*. Nesse caso, a expressão “a coisa tá preta” foi utilizada para descrever uma situação difícil ou complicada, como a briga entre as participantes do programa. Segundo destacam Rodrigues e Rodrigues (2021, p. 159), “ao preto sempre foi atribuído um caráter de negatividade, associado geralmente ao mal”. Nesta situação específica, a expressão foi utilizada de forma pejorativa para referir-se a uma condição de convivência na casa do *BBB 24* e não à cor da pele das ex-participantes.

Em outro contexto, a expressão “Ao que tudo indica, a coisa vai ficar preta no *Grammy 2020*” (Ferreira, 2020) não possui sentido negativo sobre as coisas ficarem difíceis ou complicadas no *Grammy 2020*. Neste caso, o termo “preto” representa a negritude; o que se alinha ao fato de diversos artistas negros terem sido indicados a concorrer o *Grammy Awards*, tais como: Lizzo, Dave Chappelle, Lil Nas X, Beyoncé,

Julian Marley, Burna Boy, Angélique Kidjo, Khalid, H.E.R, Cardi B, Swae Lee, Ella Mai, J Cole, Black Puma, Anderson Paak, Daniel Caesar, Young Thung, Travis Scott, Brandy, FKA Twigs, e a brasileira Thalma de Freitas. Além disso, houve a categoria Melhor Álbum Falado, a única não musical, em que Michelle Obama foi indicada pelo seu livro, *“Becoming”* e o áudio-book *best-Seller*. Dessa forma, esses nomes representam a comunidade artística negra participantes do evento. Logo, é possível observarmos que a expressão “a coisa vai ficar preta no *Grammy 2020*”, apesar de referir-se a cor da pele negra, não é usada na “intenção” de diminuir o valor negritude, pelo contrário, representa o poder/valor da raça negra para a sociedade artística mundial.

Já na canção “A coisa tá preta”, composta em 2020 por Jefferson Junior e Umberto Tavares, e interpretada nas vozes de Elza Soares e MC Rebecca; no sétimo verso é empregado o termo “a coisa tá preta”: “Por que a fome é negra / Se negra é a beleza? / Se todo mundo canta e tá feliz / É que a coisa tá preta [...]”. Neste caso, os compositores questionam sobre os estigmas ruins que costumam ser associados à comunidade negra, relacionados a aspectos negativos que são atribuídos ao tom da pele. Eles reinterpretem o significado da expressão de forma positiva em relação à negritude, porque compreendem que “[...] há no espaço social uma movência de sentidos, identidades e materializações de linguagem que forjam/formam sujeitos, dotando-os da capacidade de transitar por campos e habitus variados” (Rodrigues, 2017, p.70).

No caso da canção em análise, assim como na ocasião do *Grammy 2020*, a expressão “a coisa tá preta” adquire um novo significado (desta vez valorativo) ao ser empregada em um contexto situacional específico, que valoriza a comunidade negra nacional e internacional. Assim, fica evidente que nenhum termo/expressão possui um significado fixo, sendo este sempre único e equivalente de positividade e negatividade. Rodrigues (2017) destaca que a língua é rica e dinâmica, permitindo que as palavras sejam reinterpretadas nas culturas para criar sentidos novos, quando necessários, ou reproduzem sentidos de afetividades e pertencimento, como o uso do termo “preta” empregado na função de substantivo próprio: “Preta Gil”, a filha de Gilberto Gil. Nessa situação específica, a palavra “Preta” foi empregada para designar o nome de uma pessoa conhecida pelos brasileiros e muito querida pela família, e que de modo algum é sinal/registro de algo negativo/ruim. Portanto, caberia à cartilha pontuar essas variações de sentido, antes de reproduzir uma ideia de negatividade desta expressão como associação de cor de pele, o que não se efetiva na maioria dos casos.

Obviamente, poderia surgir um contra-argumento a respeito do não aprofundamento da cartilha pelo objetivo de “apenas” informar/conscientizar a população. Todavia, isso não é justificativa para propagação de um discurso sem embasamento científico que pouco informa/conscientiza e ainda sugere a castração linguística.

4.2.2 “Humor negro”

A palavra “humor negro” também consta na lista da cartilha como sendo uma expressão preconceituosa. Conforme seus idealizadores, esse termo tem a intenção de explorar ocasiões tristes ou desagradáveis, recorrendo a assuntos mórbidos e sérios, com o objetivo de gerar humor. Para defender a tese de que a expressão “humor negro” é racista, o documento apresenta um trecho de jornal do interior do

Paraná que diz o seguinte: “O objetivo de revisar dois milhões de beneficiários era o sentido da medida, restringindo ainda mais as regras de avaliação do benefício de Prestação Continuada. Exercícios do gênero, pela crueldade acentuada, são puro humor negro” (Brasil, 2022, p.53). A cartilha argumenta também que a utilização da palavra transmite a ideia preconceituosa ao relacionar algo ruim às pessoas negras, o que não se evidencia no enunciado em destaque. Para o material, o mais apropriado, neste caso, seria utilizar o sinônimo “humor ácido”. O uso desse conjunto de expressões habitualmente significa uma espécie de humor de função violenta, o que, em nosso entendimento, não difere muito do significado alcançado pela expressão “humor negro”. Esta expressão se refere a uma vertente da comédia empregada para o divertimento em circunstâncias tristes ou desagradáveis, explorando assuntos sombrios, sérios ou proibidos, com o objetivo de gerar riso, mas também constrangimento. Para tanto, faz uso do termo “negro” com valor de negatividade, contudo, em situações que não estariam relacionadas com a cor da pele de pessoas negras.

Acreditamos que a proposta de “censura” do documento, no que se refere a expressão “humor negro”, se dá pela associação do preto/negro como equivalente à cor da pele dos negros, difundindo a ideia de que qualquer termo contendo preto/negro é racista, porque estaria se referindo ao aspecto de cor da pele negra. É fato que o “humor negro” é caracterizado por ser um tipo de “humor ácido”, isto é, violento, que está ligado a piadas “maldosas”, mal-intencionadas, cuja intenção, na maioria das vezes, é “diminuir” o valor do outro a partir do efeito de ironia. Recentemente, a expressão “humor negro” foi empregada para denominar uma série de comédia exibida pela Globoplay e Multishow. Neste caso, os humoristas da série *Humor negro*, que são negros, definem o programa como sendo o humor realizado por pessoas negras. Nessa perspectiva, considerando que o significado de cada termo só se revela por meio do cenário e do contexto em que é empregado, temos que os humoristas em questão não utilizam essa expressão com a intenção de promover o racismo ou o preconceito racial nas telas da Globoplay e Multishow. Assim sendo, como apontado por Ferrarezi Jr. (2010), é compreensível que as palavras/expressões possuam significados específicos, mas sua interpretação pode diversificar conforme o contexto situacional em que são empregadas.

4.2.3 “Lista negra”

Outra expressão considerada racista, conforme a cartilha do TSE, é “lista negra”. Para o documento, a expressão se relaciona a uma lista que são reunidas em grupos classificados de coisas “ruins”, “proibidas”, “ilícitas”, e que, por este motivo, precisam ser rejeitadas, dispensadas; ou como o próprio documento sugere: “inteiramente eliminada”. Para comprovar o seu argumento, o documento apresenta um trecho de uma matéria jornalística, sem a fonte, que diz o seguinte: “As empresas inadimplentes com impostos federais já estão adotando medidas contra a Receita Federal por terem seus CNPJs e os nomes dos sócios incluídos em lista negra, conforme disposta na portaria da RFB” (Brasil, 2022, p.59).

Conforme Heller (2013), o termo “negro” tem a mesma funcionalidade da palavra “preto” e pode ser referente de coisas ilícitas, proibidas, sentido ao qual se apegamos tanto a matéria jornalística quanto a cartilha do TSE. Desse modo, para o material, o emprego desta expressão seria racista, uma vez que a ideia de relacionar coisas ruins aos negros é muito comum no Brasil. Entretanto, se atentarmos para o

exemplo exposto pelo documento, fica evidente que a ideia ou o sentido manifestado pela utilização da expressão “lista negra” no enunciado jornalístico não se traduz como uma ação preconceituosa por parte dos jornalistas envolvidos com a matéria. Nesse caso, a expressão “lista negra” não é utilizada para depreciar a negritude, como sugere a cartilha.

Outro fato que chamou a nossa atenção foi que a cartilha sugere ainda que o mais apropriado, nessa ocasião, seria utilizar os sinônimos “lista suja” ou “lista proibida”. Isto é, o material do TSE recorre a associação de algo negativo para o sentido da palavra “negra”, mas, erroneamente, a classifica como sinônimo pleno/perfeito (o que não existe) da cor da pele dos afrodescentes. Nosso entendimento é que essa ação de consciência de plenitude para os sinônimos em língua portuguesa é que promove a confusão por parte dos organizadores/autores do documento. Haja vista que os sinônimos nunca são perfeitos e que as palavras/expressões significam nos enunciados a partir de acordos comunicativos/interativos em contextos diversos de atualização dos textos mediante a práxis sociais da linguagem, uma ação transformadora do idioma que promove a mudança e a valorização da diversidade (Rodrigues, 2017).

Como explica Rodrigues (2017), na enunciação viva da linguagem, o que vale é a intenção do falante, não a expressão aleatória. Para ele, falar não é uma roleta russa, pois a atitude dita a norma do uso; e o falante atualiza o termo pelo emprego efetivo da voz. Desse modo, o que vai determinar o sentido da palavra é a intenção comunicativa.

4.2.4 “Ovelha negra”

Assim como as expressões cisne negro, gato preto, a expressão “ovelha negra”, que também consta na cartilha do TSE como sendo preconceituosa, é carregada de estigmas; obviamente que gato preto se sobressai pela associação histórica maléfica deste pobre animal com a bruxaria, o que dizimou muitos representantes felinos e promoveu a peste negra¹⁰.

Para seguir com o seu projeto de “inquisição” contra a expressão supostamente racista “ovelha negra”, o documento apresenta o seguinte argumento: o termo é utilizado para denominar o indivíduo que não segue os padrões aprovados pela sociedade; e obviamente, relaciona este indivíduo corrupto socialmente com as pessoas negras (associação indevida e repleta de intenções dúbias, pois denota um teor preconceituoso por parte do documento). Para defender a tese de que este termo é racista, o material apresenta um trecho de *sopotugues* (online), que indicaria uma suposta origem da utilização desta expressão aos animais “pretos” que eram “considerados maléficos e, por isso, sacrificados em oferenda aos deuses” ou para “acertar certos acordos” (Brasil, 2022, p.91). Contudo não há nenhuma evidência científica de que o termo tenha surgido dessa explicação. Mas fica claro que é mencionado na explicação que se trata de “animais pretos” e não “pessoas negras”. Entretanto, o documento afirma que existe uma relação dos indivíduos negros com coisas negativas, isto é, “coisas” que não seriam aceitas e, por isso, denota que essa expressão seria preconceituosa.

¹⁰ Na Idade Média, os gatos foram responsabilizados pela peste negra, porque a ignorância e o preconceito religiosos da época levavam ao entendimento que o diabo era o culpado por todo o horror da peste negra e começaram a matar os “seus leais servos” - os gatos. (Fonte: <https://www.purina.pt/artigos/gatos/gatinhos/comportamento/8-mitos-sobre-gatos>)

Em nosso entendimento, fica mais evidente que na cartilha do TSE faz associações recorrentes dos termos “negro” e “preto” como sendo exclusivamente algo pejorativo, ruim; ação ingênua e limitada de compreensão dos fenômenos semântico-pragmáticos por parte dos elaboradores do texto; que partem do senso comum e não buscam uma explicação científica, possível a partir de uma aliança que seria bem-vinda com os linguistas, e que permitisse ao documento uma reflexão mais sólida e educativa, do ponto de vista léxico-semântico e de conscientização dos valores etno-raciais em nosso país.

A título de exemplo, analisamos o uso da expressão “ovelha negra” na canção também intitulada “Ovelha negra”, composta e interpretada pela saudosa Rita Lee em 1975, durante a ditadura militar. No primeiro verso, é narrado o cotidiano tranquilo de alguém que apreciava a calma: “Levava uma vida sossegada / Gostava de sombra e água fresca / Meu Deus, quanto tempo eu passei sem saber”. No segundo verso, a revelação: “Foi quando meu pai me disse: filha / Você é a “ovelha negra” da família / Agora é hora de você assumir e sumir”. Nesse contexto, a expressão popular “ovelha negra” foi empregada para identificar a garota como alguém que destoava e não se encaixava nos padrões familiares estabelecidos na época. Desse modo, chegou o momento da filha “assumir” suas responsabilidades e ser independente, e “sumir” do conforto da casa do pai, e procurar o próprio rumo, ainda que isso implique em se distanciar do que é conhecido ou confortável: o acolhimento do lar/família; uma ação que sugere que o pai espera da filha uma tomada de ação em prol do seu crescimento, sua felicidade.

Vemos assim que, diferentemente da cartilha, não há na canção de Rita Lee uma associação da expressão “ovelha negra” como sinônimo da cor da pele negra. Desse modo, diferentemente do que prega a cartilha, na canção, não encontramos uma intenção desrespeitosa para com a comunidade afrodescendentes do Brasil, isto é, uma atitude de perpetuar o preconceito étnico-racial, tanto por parte da artista quanto de todos aqueles que cresceram ouvindo-a e cantando esta canção. A expressão em questão não é referente a cor da pele negra, mas a atitude daqueles que destoam os padrões sociais e familiares impostos/desejados nas épocas.

Fica evidenciado que a cartilha também ignora uma abordagem histórica mais geral ou específica da linguagem. Ela não se interessa por um delineamento dos aspectos de uma tradição discursiva, que poderia explicar (e mesmo negar) qualquer “intenção” racista e/ou preconceituosa por partes dos agentes que atualizam e ressignificam os padrões de uso social da linguagem nas diversas culturas (Rodrigues, 2017).

4.2.5 “Denegrir”

Conforme a cartilha do TSE, o termo “denegrir” deriva da língua latina que segundo o material significa: “enegrecer, mas seu uso está associado à ideia de macular, manchar, sujar alguma coisa” (Brasil, 2022, p.35). O documento aponta que a união “de” + “negrir” transmite a tese de que “tornar algo negro” não é positivo e o uso da palavra deve ser evitado, pois associa negritude e negatividade. Para o material, a utilização do vocábulo evidencia o preconceito racial, uma vez que a ideia de algo “denegrado” requer correção e “esclarecimento”. Segundo o documento, o termo possui um intenso teor racista, e que, por isso, o vocábulo deveria ser substituído por sinônimos como “difamar” ou “caluniar”.

Do ponto de vista linguístico, Nascentes (1955, p. 151) explica que o termo “denegrir/denigrir” realmente deriva do latim “*denigrare*”, como é apontado pela cartilha. Segundo Moniz (2001, 214), o vocábulo significa “1 enegrecer, tingir de preto. 2 [Fig] denegrir (a reputação etc.)”. Notamos que o sentido metafórico desse termo é referente a “manchar a reputação de alguém ou de alguma coisa”. Sendo assim, fica evidente que a palavra “denegrir” não tem nenhuma associação etimológica de negatividade em relação às pessoas negras, uma vez que o seu surgimento é anterior ao período escravocrata brasileiro.

Ademais, como destacam Coseriu (1979) e Kabatek (2006), percebemos que as palavras podem ou não ter os sentidos alterados com o passar dos anos. Contudo, ao analisarmos a evolução do significado do termo “denegrir”, no decorrer do tempo, notamos que o sentido se manteve semelhante aos sentidos de origem. Como aponta Ferreira (2001, p. 208), o vocábulo significa “1. Enegrecer. 2. Manchar. 3. Infamar”. Evidenciamos que, na constituição do termo “denegrir”, a preposição “de” + “negrir” significa “escuro/negro”, e seu emprego não está relacionada a cor da pele de pessoas negras, bem como a sua etimologia nunca teve conotação racista.

Vamos nos deter agora ao uso desta expressão, que nos ajuda a pensar de maneira reflexiva acerca do sentido transmitido pelo termo em questão, isto é, se ele realmente possui conotação racista. Para tanto, faremos uso de uma situação enunciativa. No decorrer da transmissão do jornal *GloboNews Em Pauta*, de 2022, a jornalista Carolina Cimenti, falando dos Estados Unidos sobre o caso do ex-ministro recém-nomeado na época, o francês Damien Abad, acusado de tentativa de violência sexual contra duas mulheres, se expressou: “Vir impregnado de acusações como campanhas usadas para denegrir imagens de pessoas”. Logo após a sua fala, o apresentador Marcelo Cosme corrigiu a colega por ter usado o termo “denegrir”, que para ele teria teor racista. Ele sugeriu que ela fizesse uma retratação ao vivo. Após o constrangimento, ela pediu desculpas e justificou que “não se usa mais essa palavra; queria dizer que é como se acusações 'diminúissem' ou 'manchassem' a imagem deste homem. Usei uma palavra que é claramente racista, peço perdão”.

Analisando o contexto situacional da enunciação em destaque, percebemos que não houve a intenção por parte da jornalista de promover o preconceito racial; mas por parte do seu colega de jornalismo, há, isto sim, uma ação de preconceito linguístico, porque ele, assim como a cartilha, acusa a expressão/palavra de racista. Fica notório que, na fala da jornalista, o termo “denegrir” significa “diminuir” ou “manchar” a reputação do homem acusado por violência sexual por duas mulheres; e que em nenhum momento desenha-se um cenário em que pessoas negras estariam sendo relacionadas para terem suas reputações diminuídas ou manchadas.

Nesse contexto, percebemos que tanto a cartilha quanto o jornalista estão se voltando para o sentido/significado do termo “denegrir”, mas, de forma equivocada, não estão considerando sua etimologia. A própria cartilha afirma que “denegrir” é sinônimo de “difamar” ou “caluniar”, e entendemos que estes não são valores atribuídos aos afrodescendentes. Assim, fica evidente que não há relação do termo “denegrir” com a cor da pele do povo negro, mas se há uma intenção depreciativa de manchar a reputação de uma pessoa negra a partir do uso do termo “denegrir”, este significado será percebido pela análise do texto/discurso no contexto situacional que desenha o cenário da interlocução comunicativa.

É evidente que, habitualmente, as palavras “preto” e “negro” estejam associadas às conotações negativas. Entretanto, isso não significa que a negatividade seja uma qualidade de ligação direta com a cor da pele de pessoas

negras. Outrossim, embora essas expressões sejam usadas com menor frequência em contextos positivos, elas também têm o potencial de transmitir significados bons. Um exemplo disso é a palavra de origem latina *“interpretare”* que segundo Moniz (2001, p. 367) significa: “1. explicar, interpretar, esclarecer [...] 2. traduzir, interpretar (um texto, uma frase), reconhecer [...] interpretar uma coisa pelo melhor. 3. Compreender, conjuntura, julgar. 4. decidir, determinar [...] não decido se é bem ou mal. 5. (Sent, passivo) traduzir-se por ser interpretado”.

A palavra “interpretar” não consta na cartilha, mas contribui para refletirmos a respeito do termo que, em sua composição morfológica, possui o radical “interpret”, o prefixo “inter” “entre” + o sufixo “pretar”. Como destaca Ferreira (2001, p. 397), esse vocábulo significa: “1. Ajuizar a intenção, o sentido de. 2. Explicar ou declarar o sentido de (texto, lei etc.) 3. Tirar de (sonho, visão etc.) indução, presságio. 4. Representar no teatro, cinema, televisão etc. [...]”.

Vemos, assim, que curiosamente, na atualidade, o sentido da palavra “interpretar” continua o mesmo, e que apesar da formação desta palavra conter o termo “preta” em sua composição vocabular, ela não está relacionada à cor da pele de pessoas afrodescendentes, também não está vinculada a algo negativo, pelo contrário, em muitos de seus significados há relações com valores de entendimento, completude, esclarecimento de entendimentos.

4.2.6 “Criado-mudo”

O termo “criado-mudo” é empregado para designar um mobiliário doméstico com gavetas, comumente utilizado próximo das camas e que serve de suporte ao usuário. A cartilha menciona que, do ponto de vista filológico, o termo está relacionado aos negros, que eram escravos, responsáveis pelas tarefas domésticas e tinham a incumbência de comportarem-se de maneira discreta, mantendo-se em silêncio ao redor da cama de seus senhores, segurando objetos pessoais. Nessa perspectiva, para o material em exame, a expressão remeteria aos indivíduos escravizados e, por isto, seria preconceituosa. Contudo, o documento não respalda sua acusação mediante tais pesquisas filológicas, que propositivamente sustentariam essa alegação de que a palavra possui teor racista. Dessa forma, a história enunciada nos parece mais uma lenda urbana, originada de narrativas transmitidas oralmente que buscam explicar eventos míticos, baseados em suposições do senso comum.

O material ainda tenta rebater a tese científica da origem da palavra “criado-mudo”, que evidencia que a expressão é uma adaptação da expressão em inglês *“dumbwaiter”*, que significa: elevador de serviço. Vemos, assim, que a origem etimológica da expressão “criado-mudo” em nosso idioma deriva do empréstimo linguístico de língua inglesa que, conforme *Online Etymology Dictionary* (1749, [s.p])¹¹, refere-se “a uma estrutura com prateleiras utilizada para transportar alimentos entre a cozinha e a sala de jantar”. O termo deve-se ao fato de que o objeto desempenhava sua função de forma silenciosa, semelhante a um elevador de carga que movia pratos de um local para outro. Com isso, fica evidente que o vocábulo “criado-mudo” não tem nenhuma associação etimológica negativa em relação aos indivíduos negros.

¹¹ <https://www.etymonline.com/>

Entretanto, baseados em Rodrigues (2017), cabe-nos inferir que, apesar da etimologia de palavras/expressões, qualquer uso expressivo da linguagem deve ser avaliado mediante uma reflexão atenta para a intenção de fala, isto é, para o que é pretendido na práxis enunciativa dos agentes que atualizam os discursos/textos nas culturas. Desse modo, em seguida, discorreremos acerca de uma situação enunciativa que traduz a questão em análise. No dia 20 de novembro de 2019, durante as celebrações do “Dia da Consciência Negra”, a marca de móveis e decorações “Etna”, que atualmente encerrou suas atividades, promoveu uma campanha para “abolir” o uso do termo “criado-mudo” de seus anúncios em suas lojas físicas e virtuais. Para tanto, a empresa resolveu substituir a expressão “criado-mudo” por “mesa de cabeceira”. Com esse propósito, a “Etna” incluiu em sua campanha 5 atores negros que figurativizaram a narração da origem do termo “criado-mudo” que, de acordo com a justificativa apresentada, deveria ser abolido por se tratar de uma expressão racista, que estaria relacionada aos escravizados que realizavam tarefas domésticas e que eram obrigados a segurar objetos ao lado da cama de seus senhores, sempre em silêncio para não os incomodar. Fica evidente que o discurso da Etna de 2019 é reproduzido pela cartilha em 2022.

Assim como, a “Etna” a “Amazon” também resolveu “abolir” o termo “criado-mudo” dos seus anúncios do site de vendas. Segundo Novo Momento (2023), a explicação dada para remover a palavra “criado-mudo” foi de que o nome do móvel possui conotação racista por remeter aos negros escravizados que tinham o dever de ficar ao lado da cama de seus senhores segurando objetos, assim como os criados, e não podia fazer barulho, tendo que permanecer a noite inteira em silêncio para não os perturbar. Novamente, temos a tradição discursiva de abolição/inquirição dos termos da língua se perpetuando, agora da cartilha para a Amazon. Assim como a Etna, a Amazon justifica essa arbitrariedade explicando que o termo deveria ser substituído por “mesa de cabeceira”, expressão dita não preconceituosa, do ponto de vista racial.

Endossamos que a causa antirracista é nobre, mas há indivíduos desinformados, e/ou empresas que utilizam a publicidade (e a linguagem [Chauí, 2000]) como forma de sedução para a promoção da venda de produtos perante uma clientela ideologicamente motivada (Carvalho, 2009). São mídias de forte impacto que jogam um jogo altamente alienante como um objetivo único: seduzir/convencer para vender.

Neste íterim, em seguida, reproduziremos o posicionamento do deputado estadual do MBL, Guto Zacarias, no *Tweet*. Seu comentário, em tom irônico, se volta à postura da “Amazon”, de “abolir” o termo “criado-mudo” de seus anúncios. Para o deputado: “Parabéns, Amazon! Agora o racismo acaba! Com certeza o problema dos negros não é falta de saneamento básico, educação financeira e serviços públicos”.

Figura 3 - Amazon remove o vocábulo “criado-mudo” do site



Fonte: reprodução imagem da internet

No seu post, Guto Zacarias pondera que o problema do racismo não é sanado pela remoção ou substituição do nome do móvel “criado-mudo” pelo site. Ele enfatiza questões socioeconômicas e históricas que ainda são divididos que a sociedade brasileira deve ao povo negro. Corroborando com a fala do deputado, temos que essa acusação de que a palavra “criado-mudo” é preconceituosa, seria indevida, e, portanto, desnecessária, uma vez que quem acusaria verbo estaria escavando em um terreno histórico uma expressão e atribuindo-lhe um sentido duvidoso. Concluímos que não encontramos em nosso estudo qualquer menção ao termo que fosse de valor/sentido e origem racista; sendo evidenciado que a expressão se trata de um empréstimo linguístico da língua inglesa “*dumbwaiter*”, que foi adotada/adaptada para o português no sentido de apoio para utensílios pessoais e não de referente ao serviço de pessoas negras escravizadas.

4.2.7 “Meia-tigela / De meia-tigela”

As palavras “meia-tigela” e “de meia-tigela”, conforme o documento do TSE, são termos racistas que se referem a “algo de qualidade inferior, duvidosa, medíocre, sem valor” (Brasil, 2022, p.67). O material apresenta três possíveis interpretações sobre essas expressões. A primeira interpretação sobre a origem dessas expressões supostamente racistas remete à distribuição de comida entre os trabalhadores escravizados, sugerindo que a refeição seria limitada a meia-tigela, caso o desempenho no trabalho fosse considerado insatisfatório ou ineficaz. Outra interpretação, apontada pela cartilha, afirma que essas expressões estão ligadas ao contexto da monarquia portuguesa, quando a distribuição de alimentos era feita conforme a posição hierárquica dos servidores e a relevância da sua função, havendo aqueles que recebiam suas tigelas completas e os que só obtinham

metade delas. Para esse argumento, o documento cita uma referência de 2002 de Pimenta.

Há no documento, ainda, uma terceira versão, de propositura de Rainer Sousa (Online), que sugere que, por receio de que suas terras fossem reduzidas ao longo das gerações, muitos senhores feudais optaram por transmitir seus direitos de herança exclusivamente ao filho mais velho. Dessa forma, os outros membros da família aristocrática dependiam de alguma ocupação ou cargo na igreja para garantir seu sustento. Em certos casos, procuravam um casamento proveitoso, praticavam roubos nas estradas ou sequestravam algum grande proprietário. Neste caminho de exclusão social e econômica, foi justamente que o termo “maldoso” começou a circular entre os vários castelos medievais de Portugal. Qualquer filho da nobreza que não recebia heranças de terras era chamado de “fidalgo de meia-tigela”. Isso ocorria porque ele também não podia comparecer a um significativo banquete cerimonial, no qual todos os pratos, utensílios e tigelas utilizados para servir as refeições eram quebrados. Assim, ao filho pobre de nobre restava apenas os resquícios de sua classe social, ou seja, as meias-tigelas.

Como podemos perceber, são relatos muito diversos, mas sem provas textuais que permitam a comprovação do uso desta das expressões em questão sendo usadas com a intenção de promoção do preceito racial contra pessoas negras. Mesmo assim, a cartilha insiste que apesar de não existir um acordo sobre a origem das expressões, o simples fato de poderem estar relacionadas à memória da escravidão já é motivo suficiente para substituí-las por termos como “insatisfatório”, “inadequado” ou “ruim”, que desempenhem a mesma função. Entretanto, o documento ignora seu próprio registro que, na terceira versão, discorre acerca do uso dessas expressões em contextos e cenários da corte portuguesa, da luta entre bens e heranças dos nobres e fidalgos, o que depõe para uma compreensão de que o documento se contradiz em seus próprios argumentos.

Neste íterim, evidenciamos que “meia-tigela” é uma expressão dicionarizada, e não está associada a escravidão brasileira. No século XVIII, em Portugal, o termo surgiu pela primeira vez para referir-se à fidalguia portuguesa. Os fidalgos designavam “os filhos d’algo/alguém”. Esse vocábulo foi definido em 1831 por Antônio de Morais Silva, no *Diccionario da lingua portuguesa*, em que não há nenhuma relação com as questões raciais de época do Brasil. Segundo Silva (1831), em Portugal, alguns fidalgos tinham a permissão de frequentar a casa *delRei*, para ter acesso a refeições como “ração” e talvez “guisados”. Para tanto, os visitantes precisavam ser registrados no livro da cozinha real, sendo que os mais ilustres recebiam a porção completa (tigela inteira), já os menos “qualificados” recebiam uma porção pequena (meia-tigela). Essa é a origem dessa expressão que temos em registros oficiais como o dicionário de Silva (1831) e que está relacionada a forma como a fidalguia portuguesa era tratada na casa do rei.

Citando Rodrigues (2017), podemos concluir que essa expressão se ressignificou a longo das práticas sociais de uso corriqueiro da linguagem tanto em terras portuguesas quanto brasileiras; e no uso cotidiano do idioma continua significando algo medíocre e de pouca relevância, evidenciando, assim, a função da expressão em análise num valor semântico pejorativo, mas dificilmente numa associação única com a negritude. Registramos que a nossa pesquisa não encontrou em textos que circulam nas diversas mídias dados referentes ao uso direto e efetivo da expressão “meia-tigela / de meia-tigela” com a intenção de

racismo, o que não impede seu uso com esta conotação, se esta for a intenção por parte de pessoas mal-intencionadas.

4.2.8 “Crioulo”

Outro termo que é considerado racista pela cartilha do TSE é “crioulo/crioula”. Para o documento, são maneiras depreciativas de referir-se aos indivíduos negros. Para sustentar a tese de que essas palavras são pejorativas, o documento apresenta a justificativa de que durante o período da escravidão, os vocábulos (“crioulo/crioula”) eram amplamente utilizados para designar os escravizados, e por isso, o uso dos termos deve ser “abolido” do léxico brasileiro. A cartilha menciona também o emprego do termo “crioulo” na obra literária intitulada “Bom Crioulo”, de Adolfo Caminha. No entanto, o documento não aborda do que se trata a história, não contextualiza o uso da expressão na narrativa literária, nem tão pouco na época. De modo geral, a obra aborda diversas temáticas como a escravidão, a homossexualidade, a relação interracial, traição, assassinato etc. Para o estudo deste termo enfatizaremos apenas à expressão “bom crioulo”.

A narrativa literária relata a história de Amaro, um homem negro escravizado foragido que decide entrar para a marinha depois de escapar de uma fazenda. Ele era robusto e demonstrava excelência nas tarefas que realizava. Assim, os oficiais logo passaram a admirá-lo por sua índole e notável desempenho social, o que resultou em ser chamado de “Bom crioulo”. Nesse contexto, notamos que a expressão “bom crioulo” foi cunhada na obra para designar a figura da personagem Amaro, considerado uma pessoa que expressava atitudes avaliadas na época como sendo de boa práxis social.

Conforme o *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa* (Nascentes, 1955, p.142), o termo “crioulo” “[...] deriva de criadouro [...], significava primitivamente o negro nascido na América, em oposição ao trazido da África”. Segundo essas informações, a palavra “crioulo” foi empregada para designar os “negros americanos”, em contraste com os que foram trazidos da África; e distingui-los de outros povos negros, supostamente de outros continentes. Com isso, compreendemos que, inicialmente, os afrodescendentes brasileiros não eram denominados negros, mas crioulos. Atualmente, o uso desse termo para identificar a negritude caiu em desuso e tornou-se obsoleto. Quem nos dias de hoje ainda chama alguém nascido no Brasil de “crioulo”?! Evidentemente que os negros nascidos no Brasil são brasileiros. Entretanto, enfatizamos que caso alguém queira usar esse termo para referir-se às pessoas negras, pode suscitar dúvidas sobre as verdadeiras “intenções” por trás deste uso, ou adoção “consciente” em cultura híbrida como a nossa (Rodrigues, 2017).

Contudo, destacamos que em outros contextos, o termo “crioulo” pode ser empregado para designar as línguas “crioulas”. Como explica Rodrigues (2019), as línguas crioulas são naturais e surgem de maneira espontânea da necessidade de dialogar, por esse motivo, se distingue das línguas artificiais ou construídas. As línguas crioulas têm suas origens nas colônias europeias, a partir do contato do colonizador com a população colonizada. Os dominadores não ensinavam suas línguas e nem procuravam compreender o idioma dos povos colonizados. Os escravizados por seres originários de distintas regiões passaram a desenvolver palavras para compreender as ordens de seus senhores. Paulatinamente, foram determinadas normas para a construção de frases básicas, surgindo o Pidgin, que é

uma língua que não tem uma origem estabelecida, pois é adaptada a partir de situações extremas e não é a língua materna de nenhuma comunidade. Com a convivência entre diversas etnias, emerge a demanda por uma língua mais abrangente, o que levou à evolução do Pidgin para uma língua Crioula.

Esse fenômeno aconteceu em boa parte das colônias europeias, determinando as línguas crioulas como eventos sociolinguísticos resultantes do contato entre dois povos distintos, o que levou à construção de um novo corpo social. Assim, o Crioulo é uma língua muito falada, que emprega bastantes vocábulos dos idiomas dos dominadores. Desse modo, há línguas crioulas de distintas bases. Temos a língua crioula de base inglesa, falada na Jamaica e no Hawaii; a francesa, proferida no Haiti; e a portuguesa, em Cabo Verde e Patuá Macaense. O vocábulo crioulo também é empregado para designar o pão crioulo, porém não vamos nos deter na origem do termo para nomear o pão, mas não podemos deixar de refletir acerca deste uso, apregoando-nos ao entendimento de que quem compra e consome esse alimento matinal não pode ser acusado da prática do racismo, uma vez que o uso da expressão “pão-crioulo” não denota algo pejorativo de referência ao povo negro. Tendo em vista esses aspectos socioculturais e histórico-filológicos, destacamos Ferrarezi Jr. (2010, p.131), para quem “O sentido do contexto somente pode ser especializado no cenário; o sentido do sinal-palavra [...], chave para a compreensão da sentença, somente pode ser especializado a partir do sentido geral do contexto”. Assim sendo, gostamos do pão crioulo por ser um bom crioulo, que alimenta (e retroalimenta) o hibridismo cultural do nosso povo brasileiro.

4.2.9 “Samba do crioulo doido”

Outra expressão que consta na cartilha é “Samba do crioulo doido”, que nomeia o samba composto por Stanislaw Ponte Preta em 1968. O documento destaca que o termo foi introduzido ao léxico brasileiro para perpetuar o preconceito racial. Desse modo, o material apresenta como exemplo dessa forma preconceituosa um trecho de uma reportagem de um jornal (que não traz a referência) de Pernambuco: “Se vingar, a aliança se repete nos Estados? Repetindo-se, em Pernambuco quem será o candidato desse Samba do crioulo doido?” (Brasil, 2022, p.98). Fica evidente que o termo foi empregado, nesta situação elocutiva, especificamente, para referir-se a desordem política. O próprio documento afirma que a palavra foi empregada para denominar alguma coisa que não possui sentido definido, um lugar bagunçado, caótico. Para isso, relaciona essa tese de desordem a negritude, alegando que o vocábulo “crioulo” é utilizado de maneira pejorativa, e sugerindo a substituição da expressão por “confusão”, “desarranjo” e “bagunça”.

A Linguística Histórica estuda as alterações que acontecem tanto no léxico quanto nos textos em abordagens diacrônicas. Kabatek (2006) destaca que, apesar de haver semelhanças entre os termos, as palavras podem ser substituídas por outras, porém estão interligadas, isto é, se relacionam pela historicidade, e que esse fenômeno da mudança linguística dos textos também valida a mudança de expressões e seus significados. Conforme Moraes (2005), a expressão “Samba do crioulo doido” foi título da canção de Stanislaw Ponte Preta, em 1968, e circulou durante o contexto de ditadura militar, com a função de realizar uma crítica social aos sambistas que se apegavam aos compêndios da história brasileira para extrair os assuntos dos enredos. Portanto se trata de uma ironia ao agir de compositores

que, de certo modo, estariam reproduzindo a “história” da classe dominante e oprimida. A finalidade da canção foi evidenciar o absurdo dessa situação, alterando a ordem cronológica da história.

Em sua canção, Stanislaw Ponte Preta fez uma analogia a desordem desastrosa como a história do Brasil era contada, o que o autor julgava ser um desserviço à população brasileira. Vejamos alguns dos trechos da canção acusada pela cartilha do TSE de ter sido a culpada pela expressão racista “Samba do crioulo doido”. No primeiro verso da canção notamos essa desordem na cronologia dos acontecimentos históricos: “Foi Diamantina / Onde Nasceu JK / Que a princesa Leopoldina / Arressoveu casá / Mas Chica da Silva / Tinha outros pretendentes / E obrigou a princesa / A se casar com Tiradentes”. Moraes (2005, p. 6) explica que as canções “[...] deveriam expressar uma visão de mundo dinâmica, flutuante, mutável e ativa”. Nessa ótica, observamos que o conjunto enunciativo de “Samba do crioulo doido” não se refere a negritude de modo pejorativo, mas foi uma forma encontrada pelo compositor (isto é, tem a intenção) de criticar o sistema político que se mantinha no poder, ironicamente pelo discurso reproduzido pelos sambistas (na grande maioria afrodescendentes brasileiros, portanto, crioulos, como vimos na análise da expressão anterior), que cantavam o Brasil pintado pelas “cartilhas” de histórias da época.

Para Moraes (2005, p. 6), “O Samba do Crioulo Doido realiza, então, essa inversão de estilos e temas, aplica a lógica das coisas ‘as adversas’, ‘ao contrário’ e produz permutações de estilos e temas do ‘alto’ e do ‘baixo’”. Assim, ao invés de proibir o uso do termo do léxico brasileiro, como foi proposto pela cartilha, devemos entender o sentido atribuído ao uso da expressão no cotidiano de época e para o bem da população brasileira. Outrossim, como salientam Coseriu (1979) e Kabatek (2006), é importante compreender que as mudanças do léxico representam transformações nos textos e que os usos cotidianos dizem das coisas de modos diversos e deixam registros para que possamos compreender a nossa história, inclusive a idiomática. Dessa forma, é preciso refletir acerca dos processos linguísticos de variação e mudança, em que os textos se hibridizam para traduzir os acontecimentos e as funções da linguagem nas diversas culturas (Rodrigues, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo, investigamos a proposta de censura linguística presente na cartilha *Expressões racistas: por que evitá-las*, elaborada pelo TSE. Refletimos acerca dessa incriminação que responsabiliza a palavra/expressão pelo ato do racismo, buscando no senso comum sentidos incertos às expressões que são acusadas do crime do preconceito racial. Para tanto, analisamos 9 das 40 palavras/expressões apontadas pelo documento de serem ofensivas à negritude.

Em nossa investigação, verificamos que as concepções atribuídas pelo material têm gênese difusa e errônea, uma vez que não existe, na cartilha analisada, uma abordagem acadêmica, no que diz respeito ao estudo científico da palavra/linguagem apoiado na linguística contemporânea, algo que pudesse comprovar a acusação de que as palavras são realmente racistas (se isso fosse possível), o que poderia ser executado por meio de estudos semântico-pragmáticos, sociolinguísticos, discursivos, dos gêneros textuais e das tradições discursivas. Não há sequer uma análise etimológica dos termos indicados de seres ofensivos às pessoas negras. Pelo contrário, os dados postos neste material estão baseados em

elucidações triviais, como se a problemática do racismo estivesse concentrada nos conceitos dicionarizados das palavras, e que estas seriam produtos/artefatos fixos de uma memória coletiva. Isto é, é desconsiderado o estudo da utilização da palavra em textos que demonstrem as intenções pejorativas dos atores sociais que atualizam seus discursos em contextos e cenários específicos (Ferrarezi Jr., 2010).

Compreendemos que é muito relevante dar visibilidade à temática do racismo para o progresso do povo brasileiro, mas entendemos que essa abordagem de abolição de expressões não é o melhor caminho contra o racismo, porque a simples proibição de uso de um termo do léxico brasileiro não valida a luta contra as atitudes preconceituosas que efetivam a prática do racismo em nosso país. Enfatizamos que “proibir”, “excluir”, “eliminar” e/ou “abolir” as palavras/expressões do léxico brasileiro, como sugere o documento do TSE, não é uma atitude eficiente para combater o preconceito racial, porque a luta contra o racismo deve começar pela discussão promovida por materiais educativos que foquem no letramento racial, que evidenciem que as palavras/expressões, quando estudadas pelo aval da ciência da linguagem, permitem o encaminhamento consciente do emprego dos termos do nosso idioma em ocasiões específicas de uso da linguagem. Um trabalho educativo que deve focar na percepção de que a atualização da linguagem/textos/discursos é um fenômeno que habilita o agente social a transitar por culturas diversas mediante práticas sociais que se dão pelo uso adequado da palavra/linguagem no cotidiano das sociedades e na história (Rodrigues, 2017). Outrossim, é essencial levar em conta o contexto e o cenário em que as palavras são empregadas antes de atribuí-las os sentidos que lhes são comumente designados (Ferrarezi Jr., 2010).

Sabemos que a luta contra o racismo não é muito discutida na sociedade, e principalmente no âmbito educacional, apesar da existência da Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que no Art. 26 determina obrigatoriedade e a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira no currículo do Ensino Fundamental e Médio (Brasil, 2003). Essa medida legal representa um progresso, não apenas para a educação do país, mas também para toda a sociedade, uma vez que o povo negro trabalhou para construir a sociedade brasileira, mas pouco se sabe de sua história de luta e de sua influência na sociedade e na cultura. Outrossim, aspectos econômicos e políticos, relevantes progresso nacional, também apagam a figura negra da pauta de valorização do povo brasileiro. Desse modo, destacamos que a falta de conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira, que leva à incapacidade de entender o papel fundamental que as pessoas negras tiveram e têm na sociedade brasileira, também fica a desejar no documento do TSE. Isso ocorre devido à ausência de diálogo também com os historiadores, o que permitiria adequar o debate deste tema nas escolas aliado ao estudo da linguagem e, portanto, da palavra, acabando de uma vez com essa ideia de crença popular de que certas palavras e expressões seriam preconceituosas. Uma acusação que contribuiu para a reprodução de uma visão limitada da realidade, gerando uma miopia sociocultural e histórica acerca da linguagem.

É possível notar no texto uma frequente ligação entre as palavras “preto(a)” e “negro(a)” como algo negativo, o que demonstra uma abordagem simplista e limitada por parte dos responsáveis pela elaboração do texto. Eles se apoiam em ideias pré-concebidas, pautadas no senso comum, e não buscam uma análise científica que proporcione uma reflexão educativa baseada em uma perspectiva, por exemplo, léxico-semântica. No documento do TSE há uma relação minimalista entre as palavras “preto(a)” e “negro(a)”, a cor da pele e valores semânticos pejorativos, o

que não se evidencia nos poucos textos/exemplos utilizados como ilustração para a validação dos argumentos da tese sugerida. Há um encaminhamento para uma interpretação de que o uso efetivo das expressões listadas pela cartilha, por parte do usuário do sistema linguístico brasileiro, teria intenções racistas, ignorando o fato linguístico de que há a capacidade dos termos e expressões de obter novos significados ou mesmo entendimentos distintos nos textos e nos contextos, sendo uma característica primordial da língua(gem) a pluralidade/plasticidade e hibridização (Rodrigues, 2017).

Desse modo, este estudo buscou contribuir para a desconstrução de estigmas raciais causados pela ideia preconceituosa da existência de uma hierarquia entre as raças humanas e as palavras, como se algumas pessoas/palavras fossem melhores e/ou piores do que outras. Ademais, é preciso que haja debates conscientes sobre o uso da linguagem, possibilitando a percepção de que a palavra fora de seu contexto situacional, e em textos diversos, não é a verdadeira responsável pelo preconceito racial. Na realidade, a culpa pela perpetuação do preconceito racial, e a efetivação do racismo nas sociedades e nas épocas, está para a “atitude” do agente, isto é, de indivíduos mal-intencionados que utilizam os termos com o intuito de ofender e atacar a dignidade e a identidade das pessoas negras.

Analisamos este documento pela necessidade de compreender que apesar de não ser uma discussão nova, a exclusão dos termos do vocabulário brasileiro não combate o racismo. Pelo contrário, como explica Schwarcz (1993), a acusação gera um debate que segrega a humanidade e perpetua a falsa tese da existência de uma hierarquia racial, em que os homens brancos (unicamente pela cor) estariam na superioridade e os negros e indígenas permaneciam inferiores. Ademais, o contato com a cartilha permitiu-nos perceber a fragilidade dos argumentos daqueles que acusam as palavras/expressões de serem discriminatórias, argumentos pautados em pontos de vista subjetivos. Além disso, como já enfatizamos, é ignorado o agir científico, uma vez que nenhum dos elaboradores deste material atua como estudioso da palavra, do sistema linguístico.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

AZEVEDO, C. M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Lei nº 10.639/2003 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BRASIL. **Expressões racistas**: como evitá-las [recurso eletrônico] / Tribunal Superior Eleitoral. – Dados eletrônicos (107 páginas). – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

BRASIL. LEI nº 14.759/2023 de 21 de dezembro de 2023. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2023.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CARVALHO, N. **Publicidade: a linguagem da sedução**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2009.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSERIU, E. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**. 2. ed. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

FERRAREZI JR, C. **Introdução à semântica de contextos e cenários: de la langue à la vie**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FERRAREZI JR., C. Semântica Cultural. *In*: FERRAREZI JR, C; BASSO, R. (Org.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 71-87.

FERRAREZI JR, C. **A Pesquisa em Semântica de Contextos e Cenário: princípios e aspectos metodológicos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

FERREIRA, A. B. H. **O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, K. **Ao que tudo indica, a coisa vai ficar preta no Grammy 2020**. [S.l.], 20 nov. 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/ao-que-tudo-indica-a-coisa-vai-ficar-preta-no-grammy-2020/amp/>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

FREITAG, R., M. K. **Documentação sociolinguística [recurso eletrônico]: coleta de dados e ética em pesquisa**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

FREITAS, U. F. O Determinismo Biológico no Século XIX, e o Genético do Século XX. **Revista África e Africanidades**. v. 2, n. 5, p. s.p, maio, 2009.

HELLER, E. **A psicologia das cores**. São Paulo: Gustavo Gill, 2013.

KABATEK, J. Tradição Discursivas e Mudança Linguística. *In*: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (orgs.). **Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, 2006.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. *In*: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., RIBEIRO, S., (Orgs). **Rosae: linguística histórica, histórica das línguas e outras histórias [online]**. Salvador: EDUFBA, 2012, p.579-588.

MANOEL, J. C. C. A Lei dos Sexagenários como estratégias para manutenção da precariedade sócioespacial no Brasil. **Revista da ABPN**. Caderno Temático: "Geografias Negras", v. 12, n. Ed. Especial, p. 12-31, abril, 2020.

MONIZ, F. S. **Dicionário de Latim-Português**. Lisboa, Portugal: Porto, 2001.

MORAES, D. Z. **O samba do crioulo doido: a carnavalização do samba-enredo e da História Oficial do Brasil.** Londrina: ANPUH, 2005.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: segunda tiragem, 1955.

NASCIMENTO, G. Racismo linguístico é sobre palavras? **Lingu@ Nostr@ - Revista de Estudos de Gramática e Linguística**, Vitória da Conquista, v.8, n.1, p.3-15, jan/jul, 2021.

NOVO MOMENTO (2023). **Amazon retira o termo criado-mudo do site; deputado negro ironiza.** Disponível em: <<https://novomomento.com.br/amazon-retira-o-termo-criado-mudo/>> Acesso em: 13. mai. 2024.

ONLINE Etymology Dictionary. **Dumb-Waiter (n.).** Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/dumb-waiter#etymonline_v_31949> Acesso em: 05. abr. 2023.

RODRIGUES, L. P. Por uma linguística da prática. In: ATAÍDE, C. *et al.* (org.). **Gelne 40 anos: Experiências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura.** São Paulo: Blucher, 2017b. p. 69 – 89.

RODRIGUES, L. P.; RODRIGUES, R. R. Erotismo nas páginas da DeMillus: o preto e o vermelho como construção dos sentidos. In: DOMINGOS, J.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pesquisas em práticas discursivas, sentidos e subjetividades.** Campina Grande-PB: Eduepb, 2021, p. 153-178.

RODRIGUES, U. R. S. Elementos para compreensão de Línguas Crioulas e Pidgin: conceitos e hipóteses. **Abe África**, v.2, n.2, p. 43-59, abr. 2019.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, A. M. **Diccionario da lingua portugueza.** Lisboa: quarta edição, 1831.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus amado, fonte de minha inspiração, resiliência, força, perseverança para superar os obstáculos acadêmicos, garantindo a concretização e a realização de um sonho. Agradeço por ser o condutor dos meus passos, pela sua força, proteção e o amor incondicional. Pois foi tua presença que não permitiu com que eu desistisse nos momentos de dificuldade. Esta conquista é uma demonstração de sua infinita bondade em minha vida.

A minha amada mãe, Edijânia Celerino da Silva, que sempre desempenhou muito bem o duplo papel de pai e mãe em minha vida. Obrigada pelo seu amor incondicional, por sempre estar ao meu lado, me apoiando e incentivando os meus sonhos. Muito grata por todo seu esforço em minha criação e por sempre ter me incentivado a estudar. Em cada obstáculos acadêmicos enfrentados encontrei na senhora força, determinação e segurança para prosseguir nesta jornada. Esta conquista não é apenas minha, é nossa.

A minha querida irmã, Eduarda Andrade da Silva, agradeço, pelo apoio incondicional e por torcer pelos meus sonhos, e vibrar pelas minhas conquistas.

Ao meu orientador, Linduarte Pereira Rodrigues, agradeço por ter aceitado orientar-me desde o 7º período do curso, pela paciência, pela parceria, pelo apoio e contribuição científica necessária para a elaboração deste trabalho.

Aos docentes que compõem a banca examinadora deste trabalho final de curso, Dalva Lobão Assis e Josielio Pereira Marinho, pela disponibilidade, e pelas leituras cuidadosas e sugestões significativas.

Aos meus amigos e colegas de curso, Raí Duarte e Rosângela Bento, agradeço pela disposição em enfrentarem os obstáculos acadêmicos comigo, por estarem ao meu lado nesta jornada árdua, estando presentes tantos nos momentos bons quanto nos difíceis, e pelo apoio incondicional de vocês.

Gratidão a todos que fizeram parte desta história e por celebrarem minha conquista. Espero que esse trabalho contribua na desconstrução de estigmas raciais criado pela tese preconceituosa de uma existência de superioridade e inferioridade das raças humanas. Para isso, almejo contribuir para um debate consciente sobre o uso da linguagem, permitindo o reconhecimento de que os termos isolados do contexto e cenário não são as reais responsáveis pelo preconceito racial, mas os verdadeiros culpados pela efetivação do racismo na sociedade são “atitudes” de pessoas preconceituosas que usam as palavras com a má intenção de ofender e ferir a dignidade e identidade negra.

ANEXO



Racistas!

POR QUE EVITÁ-LAS





EXPRESSÕES RACISTAS: POR QUE EVITÁ-LAS

© 2022 Tribunal Superior Eleitoral

É permitida a reprodução, sem fins lucrativos, parcial ou total, desde que citada a fonte.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar

70095-901 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3030-9225

Secretário-Geral da Presidência

José Levi Mello do Amaral Júnior

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal

Rui Moreira de Oliveira

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento

Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações

Washington Luiz de Oliveira

Responsável pelo conteúdo

Carlos Henrique Cândido, Frei Davi Raimundo dos Santos, Sabrina de Paula Braga e Volgane Oliveira Carvalho (Coordenador)

Subcomissão de Formação e Comunicação

Normalização bibliográfica

Seção de Biblioteca (SEBBL/Cojblem/SGIC)

Capa, projeto gráfico e diagramação

Maykon Yamamoto

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Revisão e conferência de editoração

Valéria Carneiro e Leide Viana

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

Expressões racistas : como evitá-las [recurso eletrônico] / Tribunal Superior Eleitoral. – Dados eletrônicos (107 páginas). – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

Responsável pelo conteúdo: Carlos Henrique Cândido, Frei Davi Raimundo dos Santos, Sabrina de Paula Braga e Volgane Oliveira Carvalho (Coordenador), Subcomissão de Formação e Comunicação.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87461-56-4

Disponível, também, em formato impresso.

Modo de acesso: Internet.

<<https://www.tse.jus.br/o-tse/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes>>

1. Racismo – vocabulários, glossários etc. – Brasil. 2. Discriminação racial – vocabulários, glossários etc. – Brasil. I. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Comissão de Promoção de Igualdade Racial.

CDD 305.881 03
CDU 323.14(81)(03)

Bibliotecária: Lígia Cavalcante Ponte – CRB-1/824

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidente

Ministro Alexandre de Moraes

Vice-Presidente

Ministro Ricardo Lewandowski

Ministros

Ministra Cármen Lúcia

Ministro Raul Araújo

Ministro Benedito Gonçalves

Ministro Sérgio Banhos

Ministro Carlos Bastide Horbach

Procurador-Geral Eleitoral

Augusto Aras



Comissão de Promoção de Igualdade Racial

Ministro Benedito Gonçalves – Coordenador
institucional

Fábio Francisco Esteves – Coordenador
institucional substituto

Samara Carvalho Santos (Samara Pataxó) –
Coordenadora executiva

Volgane Oliveira Carvalho – Coordenador
executivo substituto

Frei Davi Raimundo dos Santos

Márlon Jacinto Reis

Sabrina de Paula Braga

Eliane Josimar Alves

Carlos Henrique Cândido

Evelyn Barbosa da Silva

Thiago Thobias

Maíra de Deus Brito

Marcos Vinícius Lustosa Queiroz

Francisco José Pereira de Lima – Preto Zezé



Apresentação

A Comissão de Promoção de Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instituída pela Portaria-TSE nº 230, de 8 de março de 2022, tem como um de seus objetivos o planejamento de ações com a finalidade de combater o preconceito racial na Justiça Eleitoral. Nesse sentido, a comissão apresenta *Expressões racistas: por que evitá-las*, que traz termos de cunho racista e explica didaticamente o motivo para serem assim entendidos. Dessa forma, a comissão visa promover a mudança de hábitos e comportamentos nas pessoas e facilitar a exclusão de expressões idiomáticas que possam embutir preconceito racial.

Ministro Benedito Gonçalves
Coordenador institucional da Comissão
de Promoção de Igualdade Racial do TSE



Se você conhece outros vocábulos ou expressões racistas e acredita que devam fazer parte desta publicação, envie a sugestão para o *e-mail* nid@tse.jus.br.

A comissão irá avaliar sua proposta e, em caso de deferimento, ela será incluída em nova edição da obra.

Sumário

- 16 A coisa tá preta
- 18 Barriga suja
- 20 Boçal
- 22 Cabelo ruim
- 24 Chuta que é macumba!
- 26 Cor de pele
- 28 Criado-mudo
- 30 Crioulo
- 32 Da cor do pecado
- 34 Denegrir
- 36 Dia de branco
- 38 Disputar a negra
- 40 Esclarecer
- 42 Escravo
- 44 Estampa étnica
- 46 Feito nas coxas
- 50 Galinha de macumba
- 52 Humor negro
- 54 Inhaca
- 56 Inveja branca
- 58 Lista negra
- 60 Macumbeiro
- 64 Magia negra
- 66 Meia-tigela / de meia-tigela
- 70 Mercado negro
- 72 Mulata
- 76 Mulata tipo exportação
- 78 Não sou tuas negas!
- 80 Nasceu com um pé na cozinha
- 82 Nega maluca
- 84 Negra com traços finos
- 86 Negra de beleza exótica
- 88 Negro de alma branca
- 90 Ovelha negra
- 92 Preto de alma branca
- 94 Quando não está preso está armado
- 96 Samba do crioulo doido
- 100 Serviço de preto
- 102 Teta de nega
- 104 Volta pro mar, oferenda!
- 106 Referências



“A COISA TÁ PRETA”

A expressão **“a coisa tá preta”** é verdadeira síntese de um conjunto de expressões de caráter racista que associam a pessoa negra a coisas ruins. O sentido da expressão é referir-se a uma situação extremamente negativa, complicada ou a um problema de difícil solução.

A forma mais correta de passar a mesma ideia seria pelo uso de expressões como **“a situação é difícil”, “o caso é complexo”** ou **“a coisa está complicada”**.

“ BARRIGA SUIJA ”

A expressão **“barriga suja”** destina-se a designar mulheres que geram crianças negras, especialmente mulheres brancas que têm bebês de pele negra, ou mulheres que dão à luz prole com pele mais escura que a sua. Assim, a ideia é de que a barriga que gera descendentes de cor escura é impura, problemática.

Trata-se de frase nitidamente misógina e racista, tendo em vista que deprecia a condição da mulher e das crianças negras, devendo, portanto, ser abolida do vocabulário.

“BOÇAL”

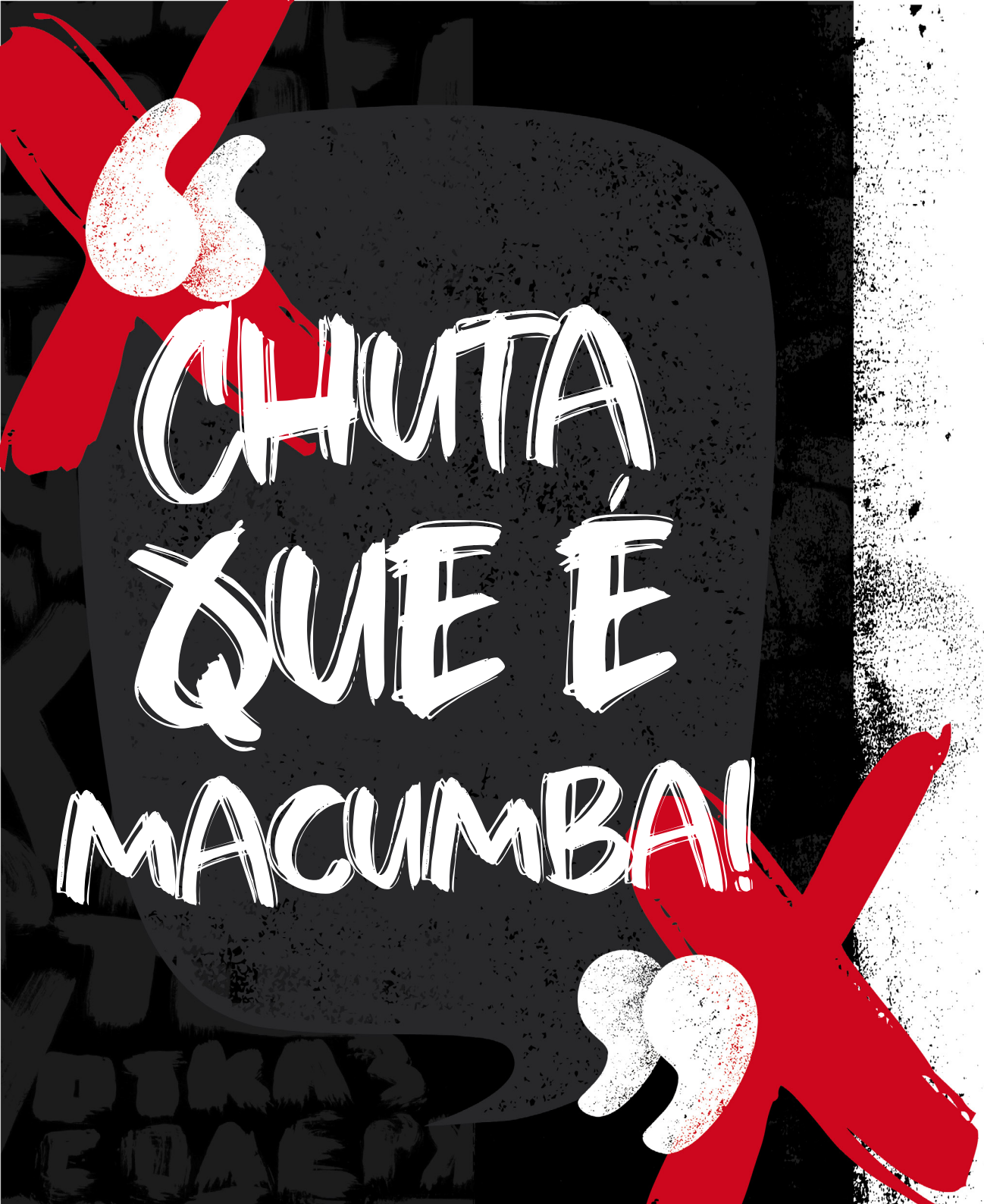
A palavra **“boçal”** é utilizada para designar uma pessoa sem cultura, sem educação, rude, grosseira. Durante o período escravocrata, o termo era empregado para designar pessoas escravizadas que não sabiam falar português.

Assim, seu uso rememora uma origem preconceituosa que deve ser superada, substituindo-se a palavra por outras, como **“ignorante”** ou **“grosseiro(a)”**.

“ CABELO RUIIM ”

“**Cabelo ruim**” é mais uma expressão de cunho racista que consiste em desprezar as características físicas das pessoas negras, associando-as a coisas ruins ou de qualidade inferior. O uso dessas palavras e suas variantes “**cabelo duro**”, “**cabelo bombril**” é forma contundente de racismo, e deve, portanto, ser abandonada.

Os cabelos possuem diferentes compleições e tonalidades, mas não existem cabelos que são melhores ou piores, apenas diferentes. Desse modo, é possível referir-se a “cabelos crespos” ou “cabelos cacheados”, conforme suas características.



“
CHUTA
QUE É
MACUMBAI!
”

[Voltar ao sumário](#)

A expressão “**chuta que é macumba!**” pretende designar o desejo de afastar algo ruim de perto de si, a vontade de se manter distante de algo que possa fazer mal.

Dias (2019, p. 44) relata que a expressão nasce na segunda metade do século XIX em meio a uma grande campanha de detração e perseguição aos cultos afro-brasileiros na Bahia:

É dessa época a expressão “chuta que é macumba!”, incitando os populares a pontapearem qualquer oferenda ritual encontrada em elementos naturais ou urbanos considerados hierofanias, em particular as encruzilhadas.

A ideia disseminada é de perseguição e destruição de qualquer coisa que possa ser associada às religiões de matriz africana. A expressão concentra forte carga de preconceito religioso e racial, associando as religiões africanas a ideias que devem ser desprezadas por serem maléficas.

A repetição da ideia não é engraçada e não pode ser considerada brincadeira. Há tempos, o Código Penal pune qualquer ato de desrespeito a objeto religioso, independentemente da religião a que pertença.

O termo deve ser abandonado e substituído por outros que possam denotar com maior precisão o desejo de afastar algo, como “para longe de mim!”, “sai daqui!”.

“COR DE PELE”

“**Cor de pele**” é uma expressão que pretende identificar uma cor, mais especificamente tons de bege, fazendo expressa alusão à pele branca. A ideia de que as cores claras devem ser consideradas como padrão ideal para representar a pele humana é racista. Esse tipo de comportamento é designado por especialistas como colorismo.

Na verdade, não existe uma cor capaz de representar a pele humana uniformemente, pois há uma profusão – impossível de mensurar – de tonalidades que variam de pessoa a pessoa, o que representa a própria beleza da humanidade.

Desse modo, os tons de bege devem ser chamados pelo nome que possuem e não devem ser associados à pele das pessoas.

“CRIADO-MUDO”

O termo “**criado-mudo**” faz referência a um móvel com gavetas, geralmente utilizado ao lado das camas e que funciona como apoio. A adoção desse nome, segundo alguns estudos filológicos, faz referência às pessoas negras escravizadas responsáveis pelos serviços domésticos, que tinham a atribuição de segurar objetos pertencentes a suas senhoras e seus senhores, servindo de apoio permanente. Além disso, deveriam agir de forma discreta e silenciosa para não causar nenhuma perturbação no ambiente. Sob essa perspectiva, a expressão se referiria, portanto, a essas pessoas escravizadas.

Aqueles que discordam dessa construção lembram que a palavra, na verdade, possuiria sua origem na língua inglesa, mais especificamente em *dumbwaiter*, que descreve mesas que servem de apoio em restaurantes ou um elevador que faz a ligação entre a cozinha e os salões de restaurantes. Há registros de que a palavra vem sendo utilizada desde meados do século XVIII (ONLINE Etymology Dictionary).

Independentemente da origem da palavra, o simples fato de seu uso ser relacionado com a escravização de pessoas negras é justificativa suficiente para o abandono de seu uso vocacular, tanto mais quando há expressão mais fidedigna para designar o móvel: “mesa de cabeceira”.

“CRI- OULO”

“**Crioula**” e “**crioulo**” são formas pejorativas de se referir a uma pessoa negra. O uso dos termos era muito comum no período escravagista, tendo servido de título, inclusive, para uma obra clássica de Adolfo Caminha, *Bom crioulo*.

Essas palavras designavam descendentes de pessoas escravizadas, ou seja, quem não nasceu livre; portanto, estão impregnadas de preconceito e devem ser abandonadas.

“ DA COR DO PECADO”

“Da cor do pecado” é uma expressão bastante difundida em diferentes regiões do Brasil; foi tema de músicas bastante populares e até mesmo título de uma novela de sucesso. Apresenta-se como forma supostamente elogiosa de se referir a alguém, de louvar a cor da pele. Essa ideia, entretanto, pode ser facilmente desfeita.

Em primeiro lugar, em uma sociedade majoritariamente cristã como a brasileira, a ideia de pecado não vem associada a coisas positivas. O pecado é aquilo que não é aceito por Deus e, por isso, deve ser evitado, tem de ser afastado da vida das pessoas corretas. Isso por si só já demonstra o preconceito da expressão, pois associa a cor da pele de alguém a um pecado.

Seguindo a análise, deve-se atentar que o pecado referido não é aleatório; trata-se, na verdade, da luxúria, o pecado do sexo. A expressão remete às mulheres negras e às imagens demasiadamente sexualizadas que se fazem delas.

O uso da expressão remete ainda ao comportamento abusivo adotado pelos homens brancos que violentavam sexualmente mulheres escravizadas e encaravam com naturalidade tal comportamento, inclusive, atribuindo a responsabilidade pelos atos de violência às vítimas.

O termo não é elogioso e carrega diferentes vieses preconceituosos, merecendo ser abandonado.

“DENEGRIR”

A origem da palavra **“denegrir”** é latina e significa enegrecer, mas seu uso está associado à ideia de macular, manchar, sujar alguma coisa. A junção das duas coisas faz surgir a ideia de que tornar algo negro é negativo, que deve ser evitado, o que reforça a ideia preconceituosa que liga a pessoa negra a coisas ruins.

O uso da expressão confirma o viés preconceituoso também quando se verifica que aquilo que foi **“denegrado”** precisa ser limpo, corrigido, **“esclarecido”**. Trata-se de mais um termo que deve ser abandonado, por trazer embutida uma carga racista muito forte, que pode ser trocada por **“difamar”** ou **“caluniar”**, por exemplo.

“ DIA DE BRANCO”

Inúmeras hipóteses são apontadas para designar a origem da expressão **“dia de branco”** que, sob diferentes pontos de vista, poderia designar o uso de roupas claras para diminuir o calor, as vestimentas de marinheiros, médicos e professores ou até mesmo o dia de lavagem das roupas de cama e lençóis.

O mais provável é que a expressão tenha se originado no ambiente escravocrata. Embora a sociedade brasileira tenha como sustentáculo econômico a escravização de pessoas negras e indígenas, elas eram apontadas pelas brancas como preguiçosas e ineficientes. O trabalho era associado à pessoa branca, o que era, na verdade, uma grande incongruência. Desse modo, a expressão designaria um dia de trabalho, de esforço, ao tempo que o período do ócio seria o **“dia de negro”**.

Sob outra vertente, o **“dia de branco”** seria justamente o inverso: um dia de descanso e luxos, uma oportunidade de receber bons tratos. Nas duas perspectivas, a expressão mostra-se repleta de preconceitos, pois associa a pessoa negra ora à preguiça, ora ao sofrimento.

DISPUTAR A NEGRA

A expressão **“disputar a negra”** pretende fazer referência à derradeira partida de um jogo ou à rodada de desempate para definir a vencedora ou o vencedor. A origem do termo, como em alguns outros casos, possui caráter racista e misógino.

No período da escravidão, homens brancos que possuíam pessoas escravizadas comumente se reuniam para disputas de lazer cuja premiação era a posse de uma mulher escravizada. Há registros de que os feitores também realizavam disputas pelo direito de castigar as mulheres mais atraentes para que tivessem oportunidade de abusar sexualmente delas.

O uso da expressão deve ser abandonado, cabendo em seu lugar outros termos mais adequados, como **“partida de desempate”**.

“ ESCLA- RECER”

“**Esclarecer**” significa tornar algo claro, trazer luz sobre determinado assunto. Seu uso é corriqueiro, como se observa neste jornal paulista:

“Para esclarecer, informar, fortalecer e mobilizar cada vez mais a categoria, em 1972 nasceu o jornal [...]”.

À primeira vista, não há nada de errado com a palavra e seu uso, contudo embute-se nela o racismo a partir do instante em que transmite a ideia de que a compreensão de algo só pode ocorrer sob as bênçãos da claridade, da branquitude, mantendo no campo da dúvida e do desconhecimento as coisas negras.

O mais adequado, nessas circunstâncias, seria o uso das palavras “explicar” ou “elucidar”, por exemplo.

“
ES-
CRA-
VO”

As palavras **“escrava”** e **“escravo”** possuem origem latina, podendo derivar de *sclavus*, ou seja, pessoa que pertence a outra, ou de *slavus*, isto é, eslava ou eslavo, um povo bastante escravizado na antiguidade.

O debate em torno do uso da palavra refere-se ao seu sentido. Especialistas afirmam que os termos escrava e escravo passam a ideia de que a pessoa já nasceu sem liberdade, como algo inato à sua condição, ignorando o fato de que as africanas e os africanos foram trazidos(as) ao Brasil e forçados(as) a trabalhar nessa condição.

Nesse sentido, a palavra mais adequada para designar essa condição seria **“escravizado(a)”**.

“ ESTAMPA ÉTNICA ”

A expressão **“estampa étnica”** faz referência a padronagens de tecidos que fujam dos modelos europeus; geralmente, são típicas de países africanos ou de populações indígenas. O termo é de uso comum. Veja-se um exemplo do uso em sítio eletrônico de notícias: “Empresária lança marca de biquínis com estampas étnicas e viraliza”.

O problema do termo é designar como etnia tudo que não for europeu ou branco, criando uma diferenciação indevida e preconceituosa. Além disso, há pessoas que relacionam a ideia de étnico a exotismo, falta de civilidade, pensamentos que exaltam tudo que possui origem europeia e diminui as outras fontes.

A melhor forma de se referir a tais padronagens é apontar sua origem com nitidez: **“estampa africana”, “estampa afro”** ou **“estampa indígena”,** por exemplo.

“FEITO NAS COXAS”

A expressão **“feito nas coxas”** é utilizada para designar algo realizado de modo apressado, sem muito apuro, descuidado. Não há certeza sobre as origens do termo, mas existem algumas hipóteses que são levantadas de modo mais corriqueiro.

Uma das proposições mais repetidas dá conta de que a expressão repetiria o hábito colonial de produção de telhas moldadas nas coxas de pessoas escravizadas, trabalho realizado por produtividade e, por isso, mecânico e sem muito zelo pela uniformidade das telhas criadas.

Essa possibilidade foi refutada por Pastina Filho (2006, online):

Para confirmar nossa convicção da inconsistência da assertiva popular – telhas feitas nas coxas dos(as) escravos(as) – tomamos as medidas das coxas de um homem de 1,80m de altura e verificamos que, usando-a como molde, só seria possível a fabricação de uma minúscula telha de 36cm de comprimento. Sem maiores preocupações com aspectos de anatomia humana, se estabelecermos uma simples regra de três, poderemos verificar que, para fabricar uma telha de 77cm, precisaríamos contar com um escravo(a) de 3,85m de altura. Além disto, em termos de otimização de força de trabalho, mesmo numa sociedade escravocrata, teríamos uma perda substancial na força de trabalho: um escravo imobilizado, com lâminas de barro sobre suas duas coxas, e pelo menos dois outros para remover cada uma delas e transportá-las ao estaleiro.

Uma alternativa para explicar as origens do termo seria a descrição do ato sexual sem penetração, o coito interfemoral, ou seja, quando o pênis é friccionado entre as pernas, o que estaria associado a algo incompleto, malfeito.

Há, por fim, uma terceira referência, a fabricação de charutos, que eram enrolados nas coxas das mulheres responsáveis por sua produção.

Ainda que não haja pleno consenso sobre as origens do termo, o linguajar cotidiano costuma associá-lo ao trabalho da pessoa negra, algo de baixa qualidade, malfeito. Assim, a expressão acaba reproduzindo uma ideia racista e merece ser abandonada, podendo facilmente ser substituída por outras que transmitam a mesma mensagem.

“ GALINHA DE MA- CUMBA ”

A expressão **“galinha de macumba”** é utilizada para designar pessoas negras. Trata-se de duplo preconceito, pois, de um lado, compara uma pessoa negra a um animal, o que representa enorme desprezo por sua condição, e, de outro lado, associa as práticas religiosas afro-brasileiras a coisas ruins.

Nesse sentido, a expressão deve ser abolida do vocabulário.

“ HUMOR NEGRO ”

A expressão **“humor negro”** pretende referir-se a uma espécie de comédia que foge dos padrões convencionais e chega a ser chocante por estar baseada em coisas mórbidas, macabras ou ilícitas. Em outras palavras, é provocar o riso valendo-se de elementos relacionados eventualmente ao susto ou ao choro.

A imprensa vale-se da expressão. A título de exemplo, veja-se uma notícia de um jornal do interior do Paraná:

O objetivo de revisar dois milhões de beneficiários era o sentido da medida, restringindo ainda mais as regras de avaliação do benefício de Prestação Continuada. Exercícios do gênero, pela crueldade acentuada, são puro humor negro.

O uso do termo embute uma ideia preconceituosa, visto que associa algo fora do padrão de normalidade à pessoa negra. Esse tipo de postura pode ser chamado, com mais adequação, de “humor ácido”.

“INHACA”

Inhaca é uma ilha localizada na baía de Maputo, em Moçambique, que se tornou um destino turístico de destaque daquele país. Algumas fontes apontam que a palavra pode designar também um monarca, um líder moçambicano.

No Brasil, desde o período colonial, a palavra **“inhaca”** e seus derivados são associados a odores corporais ruins.

Trata-se do uso racista da palavra, pois associa um local ou líder africano a algo ruim.

É mais lógico e mais simples que se designem tais casos como **“mau cheiro”** ou **“odor ruim”**.

“ INVEJA BRANCA ”

A inveja é designada no imaginário cristão como um dos sete pecados capitais, ou seja, uma das condutas mais reprováveis que uma pessoa pode realizar. É a cobiça pelos bens, méritos, habilidades e outros atributos de uma pessoa.

Em nenhum sentido a inveja pode ser encarada como algo positivo. Contudo, o uso da expressão **“inveja branca”** tenta canonizar o pecado, como se o adjetivo fosse suficiente para tornar a cobiça perdoável, aceitável ou mesmo elogiável. O termo está disseminado, como se verifica nesta publicação retirada de um jornal do interior de São Paulo:

Nesta semana, até fomos tomados por esta tal “inveja branca”, diante de um fato aparentemente simples, mas que revela o carinho de uma cidade a uma equipe esportiva que a representa e a projeta pelos quatro cantos do país – e até do mundo.

Essa ideia estimula a dicotomia de que tudo de ruim deve ser associado à pessoa negra e tudo de bom, à branca. O termo pode ser substituído por expressões como “inveja boa”.

“ LISTA NEGRA ”

A expressão **“lista negra”** refere-se a um rol em que são agrupadas categorias de coisas ruins, proibidas, ilícitas ou que devam ser evitadas ou perseguidas. Veja-se a título de exemplo a seguinte matéria jornalística:

As empresas inadimplentes com impostos federais já estão adotando medidas contra a Receita Federal por terem seus CNPJs e os nomes dos sócios incluídos em lista negra, conforme disposto na Portaria da RFB.

O uso da expressão, portanto, serve para associar a pessoa negra a coisas que não são socialmente aceitas e que devem ser evitadas ou inteiramente eliminadas. Desse modo, seria mais adequado o uso de expressões como **“lista suja”** ou **“lista proibida”**.

MACUMBEIRO

Não há consenso acerca das origens da palavra “**macumba**”. Cacciatore (1988) afirma que o termo se origina na língua quimbundo, oriunda de Angola, e se refere àquilo que assusta ou a sortilégio. Lopes (2003), por sua vez, afirma que a palavra possui o sentido de “prodígio”. Castro (2001) acredita que a palavra deriva do quicongo ou quimbundo makuba, significando “reza, invocação”, referindo-se a manifestações religiosas de origem congo-angolana, sessões de feitiçaria e manifestações religiosas afro-brasileiras.

A partir de macumba surgiram outras palavras, como macumbagem e macumbeira e macumbeiro, cujo conceito dicionarizado é:

- 1 MÚS tocador de macumba (no sentido de ‘antigo instrumento de percussão’)
- 2 chefe de terreiro de macumba.
- 3 praticante ou frequentador assíduo de macumba (REL)
- 4 p. ext. que ou aquele que realiza feitiços; feiticeiro. (HOUAISS)

Como se observa, as palavras fazem referência a religiões de matriz africana e seus(suas) praticantes e são utilizadas, quase sempre, com forte conotação preconceituosa, não raro sendo associadas a coisas muito ruins e que representam riscos às pessoas e à sociedade.

Os termos devem deixar de ser utilizados pejorativamente e, sempre que possível, podem ser substituídos por religião de matriz africana e praticante de religião de matriz africana, candomblé, candomblecista, umbanda e umbandista.

MAGIA NEGRA

A expressão **“magia negra”** é corriqueiramente associada a rituais ou práticas religiosas que são socialmente rejeitados tanto pelo seu conteúdo quanto pelo seu modo de ação. Por exemplo:

Observo que a “magia negra” é percebida pelos operadores do direito ao mesmo tempo como uma justificativa espúria para a prática de crimes - o que parece revelar a descrença de tais agentes nesse sistema de valores - e como algo que desperta curiosidade, fascínio e medo em relação aos criminosos, suas crenças e práticas. (LACERDA, 2017, *online*)

A expressão concentra dupla discriminação. De um lado, a associação da palavra “negra” a coisas malvistas e que devem ser evitadas ou afastadas; de outro, a ideia de que as manifestações religiosas negras são ruins e envolvem valores que devem ser rejeitados.

A ideia que se pretende transmitir pode ser expressa como **“rituais proibidos”** ou **“práticas religiosas proibidas”**.

“ MEIA- TIGELA / DE MEIA-TIGELA ”

As expressões “meia-tigela” e “de meia-tigela” significam algo de qualidade inferior, duvidosa, medíocre, sem valor. Uma das explicações apresentadas para a origem das expressões refere-se à distribuição de alimentos às trabalhadoras e aos trabalhadores escravizados(as). Segundo essa corrente, a refeição seria reduzida a meia-tigela se o trabalho fosse avaliado como insuficiente ou ineficiente.

Outra versão relaciona as expressões com o ambiente da monarquia portuguesa, onde a comida era distribuída de acordo com a hierarquia das trabalhadoras e dos trabalhadores e a importância da tarefa que desempenhavam, havendo quem recebesse a tigela cheia e também quem recebesse apenas meia tigela (PIMENTA, 2002).

Uma terceira versão é apresentada por Rainer Sousa (*online*):

Temendo que a extensão de suas terras diminuísse com o passar das gerações, vários senhores feudais concediam os seus direitos de herança ao seu filho primogênito. Com isso, os demais integrantes da prole do nobre ficavam à mercê de alguma atividade ou posto eclesiástico que lhes garantisse o sustento. Em alguns casos, a busca por um casamento vantajoso, a realização de assaltos nas estradas ou o sequestro de algum grande proprietário. Foi justo nesse processo de exclusão sócio-econômica que a nossa “maldosa” expressão passou a ganhar a boca de vários castelos medievais lusitanos. Todo aquele filho de nobre que não herdava terras era conhecido como “fidalgo de meia-tigela”. Isso porque ele também era proibido de participar de um importante banquete, ritual onde se fazia a quebra de todos os pratos, louças e tigelas que serviam as refeições. Por fim, sobrava ao pobre filho de nobre os restos de sua posição social, ou seja, as meias-tigelas.

Embora não haja consenso acerca das origens, a possibilidade de serem compreendidas como memória da escravidão é justificativa suficiente para que as expressões sejam substituídas por outras que cumpram a mesma função, como “insatisfatório”, “inadequado” ou “ruim”.



“ MERCADO NEGRO”

A expressão **“mercado negro”** é de uso corriqueiro, como é possível verificar nos seguintes trechos retirados de um jornal de circulação nacional:

Na China, a preferência por filhos homens, juntamente com o rígido controle do número de nascimentos, ajudou a criar um lucrativo mercado negro de crianças. China alimenta mercado negro virtual de drogas sintéticas ilegais.

Aplica-se a expressão quando se deseja referir-se a um conjunto de ações comerciais ilícitas, que desrespeitam regras jurídicas e morais. Pode dizer respeito à venda de produtos proibidos ou obtidos a partir de atividades criminosas.

O emprego do adjetivo “negro” na expressão tem o objetivo de sublinhar o caráter ilícito daquela realidade. O negro, nessa construção, é associado ao tráfico de crianças, drogas e armas, ao comércio de produtos contrabandeados ou ao objeto de furto.

Uma alternativa eficaz seria a substituição da expressão pelo uso de “mercado ilegal”.

“MULATA”

“**Mulata**” é possivelmente um dos termos mais polêmicos do vocabulário antirracista. Existem argumentos sólidos de lado a lado a explicar a origem da expressão. A palavra serve para referir-se a mulheres negras que possuem o tom de pele mais claro, refletindo o preconceito ao estimular o clareamento da pessoa negra e pretender afastar a negritude do conceito de beleza. Além disso, o protótipo da mulata brasileira estimula a hiperssexualização da mulher negra transformando-o em um objeto de desejo permanente.

Lopes (2014) afirma que mulata é a pessoa mestiça filha de branca e negro. A gênese da palavra, entretanto, gera muitos debates. Houaiss (2018) afirma que a palavra é sinônimo de jumento. Segundo essa linha de pensamento, a expressão teria mais de cinco séculos e designaria um animal híbrido misto de cavalo e jumento.

Sob outra perspectiva, Lita Chastan (BAHIA. BA, *online*) defende que a palavra se origina da língua árabe, mais precisamente na expressão muwallad, que significa mestiço de árabe com não árabe. Essa posição é compartilhada por outros estudiosos.

Os usos da palavra, especialmente no período colonial e imperial, indicavam que o mulato gozava de maior penetração social por ser filho de branco, o que lhe colocaria em melhores condições que o negro na visão daquela sociedade fundada no racismo. Essa formulação acabava fragilizando essas pessoas que não eram reconhecidas nem como brancas, nem como negras.

Ainda que a expressão não possua uma origem notadamente racista como defendem alguns, os usos e sentidos que lhe foram empregados acabam por impregná-la deste sentido. Desse modo, merece ser abandonada, optando-se pelo uso corriqueiro das expressões “negra” e “negro”.



“MULATA TIPO EXPOR- TAÇÃO”

O uso da expressão “mulata tipo exportação” apresenta-se como tentativa de realizar elogios à beleza de uma mulher negra. Sua origem, segundo Penna (2016), pode estar relacionada com o Brasil Export, *show* que ocorria no Rio de Janeiro em 1972. Citando a dinâmica do evento, a autora afirma:

[...] uma reportagem do Correio da Manhã, de 18 de novembro de 1971, a respeito do show, falava sobre uma mulher mulata chamada Nixon “uma tremenda mulata tipo exportação” vestindo shorts e que em suas pernas e barriga exibia um carimbo com os dizeres Brasil Export. (PENNA, 2016, p. 106)

Nesse sentido, a expressão estimula a excessiva sexualização da mulher negra, inclusive, tratando-a como coisa, como produto componente da pauta de exportação brasileira, o que é uma postura inaceitável.

Esse tipo de comportamento não merece ser levado adiante, sendo impossível a oferta de sinônimos a serem empregados, pois a referência às mulheres deve ser sempre respeitosa e valorizadora de sua condição.

“
NÃO SOU
TUAS
NEGAS!
”

A expressão **“não sou tuas negas!”** é utilizada comumente para designar revolta ou incômodo com situação ou comentário, por exemplo. Não há consenso sobre sua origem, entretanto as hipóteses mais aceitas, além de possuírem conotação racista, demonstram caráter misógino.

A primeira teoria enfatiza que a expressão dá conta da realidade do período escravagista, quando mulheres escravizadas eram comumente vítimas de assédio e abuso sexual por homens brancos, pois havia uma ideia disseminada de que elas sempre estavam disponíveis para a atividade sexual, o que não acontecia com as mulheres brancas, vistas como castas.

A segunda teoria atesta que a expressão faria referência às mulheres escravizadas que pertenciam a determinado senhor, que poderia dispor delas como bem desejasse, inclusive sexualmente.

Nos dois sentidos, há, no tratamento, uma depreciação da mulher negra, que é tratada como objeto, propriedade, sendo passível de suportar todo tipo de comportamento.

A busca por demarcação de espaço e respeito é válida, então a expressão poderia ser substituída por outras, tais como **“me respeite!”**.

“NASCEU COM UM PÉ NA COZINHA”

A expressão **“nasceu com um pé na cozinha”** é utilizada com o fim de demonstrar que alguém possui entre seus antepassados uma pessoa negra. Há, portanto, uma série de nuances racistas na expressão, pois parte do pressuposto de que o espaço ocupado por uma pessoa negra em uma casa seria apenas a cozinha.

Outra associação possível é o fato de muitas mulheres escravizadas permanecerem na cozinha, inclusive no período de repouso, estando sujeitas ao assédio e mesmo à violência sexual por homens brancos.

“NEGA MALUCA”

A expressão **“nega maluca”** é utilizada para designar um conhecido bolo de chocolate, como referido nesta reportagem de um periódico da Grande São Paulo:

A troca do nome de um bolo gerou polêmica e discussão na web. Até então conhecido como “nega maluca”, a iguaria foi batizada de “afrodescendente” por um estabelecimento de São Paulo.

Não faz muito sentido que, a pretexto de designar um simples bolo de chocolate, seja necessário depreciar a mulher negra, associando-a a uma sobremesa. Esse mecanismo esconde o hábito de sexualização indevida da mulher negra e vem agravado pelo adjetivo utilizado com o objetivo de retirar sua capacidade de discernimento, inteligência, autodeterminação.

Seria bem menos ofensivo e dramático que o bolo fosse chamado pelo que de fato é: bolo de chocolate.

“ NEGRA COM TRAÇOS FINOS ”

A expressão **“negra/negro com traços finos”** pretende trazer uma forma elogiosa de referir-se à pessoa negra. Contudo, acaba embutindo uma ideia racista, pois associa a negritude a traços grosseiros e feios. Desse modo, a beleza negra estaria limitada aos que não se parecem com negras e negros.

O uso da expressão deve ser abandonado, não cabendo, nem sequer, sua substituição por sinônimos.

“ NEGRA DE BELEZA EXÓTICA ”

O uso da expressão “**negra/negro de beleza exótica**” é mais uma forma de, supostamente, fazer um elogio à estética da pessoa negra. Na verdade, o exótico é tudo aquilo que não é comum, que foge de padrões esperados. Nenhuma dessas características pode ser empregada para designar a cor negra.

É possível, obviamente, falar em pessoas negras belas ou na beleza negra, mas nada há de exotismo nisso.

“ NEGRÃO DE ALMA BRANCA ”

Segundo Schwarcz (2012, p. 71):

Chegamos, de tal modo não só ao “quanto mais branco melhor” como à já tradicional figura do “negro de alma branca”; branca na sua interioridade, essa figura representou, sobretudo até os anos 1970, o protótipo de negro leal, devotado ao senhor e sua família, assim como à própria ordem social.

O uso da expressão “**negra/negro de alma branca**” repete a ideia de branqueamento da pessoa negra para que possa obter uma melhor qualificação.

Trata-se de pensamento preconceituoso e depreciativo por si só e que, por isso mesmo, deve ser abolido, sendo impossível encontrar substituição possível.

“ OVELHA NEGRA ”

A expressão **“ovelha negra”** pretende designar uma pessoa que foge aos padrões aceitáveis, diferencia-se de forma inadequada dos padrões esperados. Designa, portanto, algo que foge, negativamente, às expectativas sociais.

A origem de seu uso remonta à Antiguidade, quando “[...] os animais pretos eram considerados maléficos e, por isso, sacrificados em oferenda aos deuses ou para acertar certos acordos” (Soportugues, *online*).

Há uma associação da pessoa negra com coisas ruins, desvirtuadas ou inaceitáveis, conseqüentemente, trata-se de expressão racista.

“PRETO DE ALMA BRANCA”

Preto de alma branca é o título de uma antiga música de Tião Carreiro e Pardinho. A canção narra a ação de um negro que se sacrifica para salvar a vida de sua sinhá. Seu uso está associado à ideia de uma pessoa negra de bom caráter.

Há um enorme viés preconceituoso na expressão **“preta/preto de alma branca”**, tendo em vista que transporta a ideia de que não existem, por natureza, pessoas negras que sejam dignas, boas, exemplares. Reafirma uma percepção racista de que essas características são típicas apenas das pessoas brancas e que uma pessoa negra, para que as obtenha, deveria imitar uma branca.

Trata-se de mais uma figura de linguagem que deve ser abolida, não cabendo nem mesmo sua substituição.

“
QUANDO
NÃO ESTÁ
PRESO ESTÁ
ARMADO”

A expressão “quando não está preso está amarrado” faz referência aos cabelos crespos, associando-os, de forma bastante preconceituosa, ao ambiente da criminalidade. A ideia reproduz o pensamento de que os cabelos lisos representam o padrão de beleza da sociedade contemporânea, o que acaba estigmatizando todos os outros cabelos.

A expressão deve ser abolida, não cabendo sua substituição por nenhuma outra, dado o nível de preconceito.

“SAMBA DO CRIOULO DOIDO”

O uso da expressão “**samba do crioulo doido**” tem como primeiro marco a música de mesmo nome composta por Stanislaw Ponte Preta, em 1968, que iniciava assim:

Este samba é o samba do crioulo doido. A história de um compositor que durante muitos anos obedeceu ao regulamento e só fez samba sobre a História do Brasil. E tome de Inconfidência, Abolição, Proclamação, Chica da Silva e o coitado do crioulo tendo que aprender tudo isto para o enredo da escola. Até que, no ano passado, escolheram um tema complicado: a atual conjuntura. Aí o crioulo endoidou de vez e saiu este samba: [...]

A partir de então, a expressão foi incorporada ao vocabulário nacional, como se verifica no trecho extraído de uma reportagem publicada em um jornal pernambucano: “Se vingar, a aliança se repete nos Estados? Repetindo-se, em Pernambuco quem será o candidato desse Samba do Crioulo Doido?”.

O termo é utilizado para designar algo que não tem muito sentido, um ambiente desorganizado, confuso. Para tanto, associa essa ideia de bagunça à pessoa negra, referida pejorativamente como “crioulo”, e, como em outras expressões, retirando seu discernimento.

A expressão pode ser facilmente substituída por palavras como confusão, desarranjo e bagunça.



“SERVIÇO DE PRETO”

A expressão “**serviço de preto**” possui dupla conotação. Em primeiro plano, pode significar trabalho feito de forma inadequada, incompleto, de baixa qualidade, o que embute a ideia de que apenas pessoas brancas podem realizar trabalho de qualidade e adequado.

Sob outra perspectiva, pode significar trabalho pesado, trabalho braçal, aquele que não exige muito do intelecto. Ideia igualmente preconceituosa por externalizar o pensamento de que pessoas negras somente são capazes de exercer funções que necessitam da força física.

Nos dois sentidos, a expressão deve ser abandonada por apresentar nítida conotação racista.

“TETA DE NEGA”

O termo **“teta de nega”** se refere a um doce de chocolate recheado com merengue ou *marshmallow*. A expressão faz uma comparação chula do formato do doce com o seio de uma mulher negra. O racismo é evidente e vem acompanhado de camadas adicionais de preconceito contra a mulher e de um apelo sexual associado à negra.

O doce também é conhecido como **“Nhá Benta”**, termo bem mais adequado, em referência aos dotes culinários de Dona Benta, personagem eternizada por Monteiro Lobato.

“VOLTA PRO MAR, OFERENDA!”

A expressão **“volta pro mar, oferenda!”** é utilizada quando se deseja afastar algo ou alguém, no sentido de incômodo com sua presença física. O termo associa coisas e pessoas indesejáveis às ofertas religiosas que, nas religiões de matriz africana, são oferecidas para Iemanjá, orixá associada com as águas salgadas e considerada a mãe dos outros orixás.

A ideia de afastar de si algo ruim, indesejável, relacionado aos presentes encaminhados a uma divindade religiosa, pretende menosprezar a cultura e as religiões de matriz africana e reproduz evidente preconceito.

A expressão deve ser abandonada e trocada por outras que denotem melhor a ideia pretendida.

REFERÊNCIAS

BAHIA.BA. Historiadora defende que a palavra ‘mulata’ não vem de mula: Lita Chastan, autora de “Por Que América”, propõe uma nova etimologia para o termo polêmico que recentemente voltou à discussão no país. Publicado em 14/02/2017. Disponível em: <https://bahia.ba/entretenimento/historiadora-defende-que-palavra-mulata-nao-vem-de-mula>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Portaria-TSE n. 230, de 8 de março de 2022**. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2022/portaria-no-230-de-08-de-marco-de-2022>. Acesso em: 25 out. 2022.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Topbooks, 2001.

DIAS, João Ferreira. “Chuta que é macumba”: o percurso histórico-legal da perseguição às religiões afro-brasileiras. **Sankofa**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 22, p. 39-62, maio 2019.

ONLINEEtymologyDictionary. **Dumb-waiter(n.)**. Disponível em: https://www.etymonline.com/word/dumb-waiter#etymonline_v_31949. Acesso em: 19 maio 2022.

LACERDA, Paulo M. Lei, violência e acusações de “magia negra” em crimes contra crianças. **Mana**, v. 23, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/bdwz3YwQD4XK6YyPHTp6WSt/?lang=pt>. Acesso em: 9 maio 2022.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2014. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/62827235/lopes-nei-enciclopedia-brasileira-da-diaspora-africana>. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/62827235/lopes-nei-enciclopedia-brasileira-da-diaspora-africana>. Acesso em: 25 out. 2022

LOPES, Nei. **Novo dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

PASTINA FILHO, José La. Eram as telhas feitas nas coxas das escravas? **Arqueologia**, Curitiba, v. 10, n. 1, 2006. Disponível em: <https://journals.kvasirpublishing.com/arq/article/view/64/144>. Acesso em: 20 maio 2022.

PENNA, Gabriela Ordones. Que mulata é essa? As ilustrações de Alceu Penna para o show Brasil Export (1972). **dObras[s]**: revista de estudos de pesquisa em moda, São Paulo, v. 9, n. 20, p. 94-115, 2016.

PIMENTA, Reinaldo. **A casa de mãe Joana**: curiosidades nas origens das palavras, frases e marcas. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SÓ PORTUGUÊS. A origem das expressões. **Ovelha negra**. Disponível em: <https://www.soportugues.com.br/secoes/proverbios/ovelhanegra.php>. Acesso em: 17 maio 2022.

SOUSA, Rainer. **De meia-tigela**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/de-meia-tigela.htm>. Acesso em: 18 maio 2022.



Tribunal
Superior
Eleitoral

